

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais - CECEN
Curso de História

DIEGO MORAES GOMES

**REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O
PAPEL DOS FRADES DOMINICANOS A PARTIR DO FILME BATISMO DE
SANGUE**

São Luís- MA
2025

DIEGO MORAES GOMES

**REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O
PAPEL DOS FRADES DOMINICANOS A PARTIR DO FILME BATISMO DE
SANGUE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
História da Universidade Estadual do
Maranhão.

Orientador (a): Profa. Dra. Lidiane
Friderichs.

São Luís-MA

2025

Gomes, Diego Moraes.

Repressão e resistência: a teologia da libertação e o papel dos frades dominicanos a partir do filme Batismo de Sangue / Diego Moraes Gomes. - São Luís, 2025.

58 f.

Monografia (Graduação) - Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Profa. Dra. Lidiane Friderichs.

1. Teologia da Libertação. 2. Ditadura Militar. 3. Direitos Humanos. 4. cinema. 5. Resistência. I. Título.

CDU 172.3:94(81).088

DIEGO MORAES GOMES

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: A teologia da libertação e o papel dos frades dominicanos a partir do filme Batismo de Sangue

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de Licenciatura em
História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lidiane Elizabete
Friderichs.

Aprovado em: 11 / 07/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS**
Data: 24/07/2025 17:44:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Lidiane Elizabete Friderichs (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO ROBERTO JORDAO KNACK**
Data: 24/07/2025 15:37:19-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack
Universidade Federal de Campina Grande

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO LEAL CHAVES**
Data: 24/07/2025 17:07:49-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Leonardo Leal Chaves (UCPT)
Universidade de Coimbra

Agradecimentos

Finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso representa muito mais do que o encerramento de uma etapa acadêmica, simboliza a superação de inúmeros desafios enfrentados ao longo de cinco anos de caminhada. Caminhada essa repleta de descobertas, amadurecimento e construção de um projeto de vida.

Agradeço, imensamente, à minha orientadora Professora Lidiane Friderichs, pela escuta atenta, pela orientação firme e sensível, pelos puxões de orelha que se fizeram necessários e por contribuir significativamente para a realização deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para que este projeto tomasse forma com profundidade e compromisso.

À minha família, minha mãe, irmã e sobrinhos, pelo apoio incondicional em todos os momentos, mesmo nos mais silenciosos. À minha companheira Rafisa, que, com amor e paciência, não me deixou desistir diante das dificuldades e cansaços da graduação, seu incentivo foi alicerce nos dias difíceis.

Aos amigos da graduação, especialmente ao grupo que carinhosamente chamamos de Camisa 10: vocês foram mais do que colegas, foram companhia, parceria e resistência. À banca avaliadora, pelo olhar crítico e respeitoso sobre esta pesquisa. Ao meu amigo Marlon, pelas conversas sinceras e pelos momentos de partilha que, mesmo nos dias mais corridos, sempre trouxeram reflexões importantes.

Agradeço também à Teologia da Libertação, que não só fundamenta este trabalho, como também me reaproximou da fé católica apostólica romana, agora com um novo olhar, mais comprometido com os pobres, com a justiça e com a esperança.

Este caminho acadêmico foi ainda mais desafiador por ser trilhado por alguém que precisou conciliar o estudo com o trabalho para manter o próprio lar. Contudo, mesmo com os obstáculos que a vida impôs, pude chegar até aqui e esse feito carrega muito mais do que páginas escritas: carrega histórias, dores, afetos e sonhos.

A todas essas pessoas e experiências, meu mais sincero agradecimento.

“A única guerra que se justifica, é a guerra com a fome e a injustiça”.

Dom Helder Câmara

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação dos Frades Dominicanos no período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), a partir da perspectiva da Teologia da Libertação e de sua representação no filme *Batismo de Sangue* (2007), dirigido por Helvécio Ratton. A pesquisa discute como a fé, aliada ao compromisso social, transformou-se em instrumento de resistência contra a opressão e a violência do regime militar. A Teologia da Libertação surge na América Latina, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, como resposta teológica às estruturas de injustiça social, política e econômica, propondo uma preferência pelos pobres e oprimidos. Autores como Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Hélder Câmara e Dom Pedro Casaldáliga foram fundamentais na consolidação desse movimento. No contexto brasileiro, os Frades Dominicanos, inspirados por essa teologia, se engajaram nas lutas sociais, denunciando as violações dos direitos humanos e enfrentando a repressão estatal. O filme *Batismo de Sangue*, baseado na obra homônima de Frei Betto, é utilizado como fonte histórica e objeto de análise, evidenciando as tensões, os dilemas éticos e as consequências da resistência religiosa durante o regime autoritário. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base na análise de conteúdo, na interpretação dos textos históricos e na história cultural, considerando o cinema como instrumento de preservação da memória e construção da consciência histórica. Conclui-se que a resistência dos Frades Dominicanos, fundamentada na Teologia da Libertação, foi uma expressão concreta de fé comprometida com a justiça, contribuindo de forma significativa para a luta pelos direitos humanos no Brasil. O trabalho também evidencia o papel do cinema como ferramenta pedagógica e política na construção da memória social e na reflexão sobre os desafios democráticos contemporâneos.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. Ditadura civil-militar. Direitos humanos. Cinema. Resistência.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of the Dominican friars during the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985), from the perspective of Liberation Theology and its representation in the film *Batismo de Sangue* (2007), directed by Helvécio Ratton. The research discusses how faith, combined with social commitment, became an instrument of resistance against the oppression and violence of the military regime. Liberation Theology emerged in Latin America, particularly during the 1960s and 1970s, as a theological response to social, political, and economic injustice, proposing a preferential option for the poor and the oppressed. Authors such as Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Hélder Câmara, and Dom Pedro Casaldáliga were fundamental in consolidating this movement. In the Brazilian context, inspired by this theology, the Dominican friars engaged in social struggles, denouncing human rights violations and confronting state repression. The film *Batismo de Sangue*, based on Frei Betto's book of the same name, is used as a historical source and object of analysis, highlighting the tensions, ethical dilemmas, and consequences of religious resistance during the authoritarian regime. The methodology adopted is qualitative, exploratory, and descriptive, based on content analysis, historical hermeneutics, and cultural history, considering cinema as a tool for preserving memory and building historical awareness. The study concludes that the resistance of the Dominican friars, grounded in Liberation Theology, was a concrete expression of faith committed to justice, contributing significantly to the defense of human rights in Brazil. The research also highlights the role of cinema as an educational and political tool in the construction of social memory and in fostering reflection on contemporary democratic challenges.

Key-words: Liberation Theology. Military dictatorship. Human rights. Cinema. Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 BREVE HISTÓRICO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	15
2 A IGREJA CATÓLICA NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO	23
2.1 A Teologia da Libertação de Gustavo Gutierrez	27
2.2 A Teologia da Libertação por Rubem Alves	29
2.3 A Teologia da Libertação por Leonardo Boff	30
2.4 A Teologia da Libertação por Dom Helder Câmara	32
2.5 A Teologia da Libertação por Dom Paulo Evaristo Arns	33
2.6 A Teologia da Libertação por Dom Pedro Casaldaliga.....	36
3 HISTÓRIA NAS TELAS: O CINEMA ENTRE A MEMÓRIA DA REPRESSÃO E A NARRATIVA DA RESISTÊNCIA.....	38
3.1 O cinema como documento histórico	38
3.2 A Teologia da Libertação e o papel dos Frades Dominicanos a partir do filme Batismo de Sangue	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O Brasil viveu, entre 1964 e 1985, um dos períodos mais sombrios de sua história: a Ditadura Civil-Militar. Esse regime autoritário foi marcado por repressão, censura, perseguições políticas, tortura, desaparecimentos e assassinatos de opositores. Sob o discurso de combate ao comunismo e manutenção da ordem, o Estado suprimiu direitos e liberdades fundamentais, deixando marcas profundas na sociedade brasileira (Rocha, 2008).

No entanto, esse mesmo período também foi palco de inúmeras formas de resistência, protagonizadas por diversos setores da sociedade civil, entre eles, movimentos estudantis, sindicatos, artistas, intelectuais e segmentos progressistas da Igreja Católica, que assumiram um papel decisivo na luta pelos direitos humanos (Rocha, 2008).

Dentre os setores da Igreja Católica, destacou-se a atuação dos frades dominicanos, fortemente influenciados pelos princípios da Teologia da Libertação. Essa vertente teológica, surgida na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, propunha uma leitura crítica da realidade social à luz do Evangelho, defendendo uma atuação efetiva em favor dos pobres, dos marginalizados e dos oprimidos. Nesse contexto, a fé cristã deixou de ser vista apenas como uma prática espiritual desvinculada da vida concreta e passou a ser um instrumento de transformação social e de enfrentamento às estruturas de opressão (Gutiérrez, 1971; Boff, 2010).

O filme *Batismo de Sangue* (2007), dirigido por Helvécio Ratton e baseado na obra homônima de Frei Betto, retrata com profundidade e sensibilidade a trajetória dos frades dominicanos que se engajaram na luta contra a ditadura. A obra cinematográfica evidencia não apenas os desafios e os riscos enfrentados por esses religiosos, mas também as contradições, os dilemas éticos e as angústias vivenciadas no confronto entre fé, consciência e repressão. Mais do que uma simples narrativa histórica, o filme constitui um valioso documento de memória, que permite refletir sobre o papel da religião, da ética e da resistência diante de regimes autoritários (Rohling; Pohlenz, 2024).

Nesse sentido, compreender como a Teologia da Libertação influenciou a atuação dos frades dominicanos e como essa experiência é representada no filme

permite uma análise que ultrapassa os limites da história e do cinema, adentrando também as dimensões da memória, da ética, dos direitos humanos e da luta por justiça social. Esse recorte tem grande relevância não apenas para entender o passado, mas também para refletir sobre os desafios contemporâneos, sobretudo no que se refere à defesa da democracia, à valorização dos direitos e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Lowy, 2000; Boff, 2010).

Diante desse contexto, surge a seguinte pergunta-problema que norteia esta pesquisa: “De que forma o filme *Batismo de Sangue* representa a resistência dos frades dominicanos, fundamentada nos princípios da Teologia da Libertação, frente à repressão imposta pela ditadura civil-militar brasileira?”. Essa questão permite compreender não apenas o papel dos religiosos na resistência, mas também como o cinema contribui para a preservação da memória histórica e para a reflexão crítica sobre direitos humanos e justiça social.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como a Teologia da Libertação fundamentou a resistência dos frades dominicanos, a partir da representação apresentada no filme *Batismo de Sangue*, no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A partir dele, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: (i) compreender os fundamentos históricos, filosóficos e teológicos da Teologia da Libertação e sua relação com a luta por direitos humanos na América Latina; (ii) analisar o papel dos frades dominicanos como agentes de resistência, segundo a narrativa cinematográfica do filme *Batismo de Sangue*; (iii) discutir o cinema como instrumento de preservação da memória, construção de consciência histórica e denúncia das violações de direitos; e (iv) refletir sobre as articulações entre fé, política, resistência e justiça social no Brasil, tanto no período da ditadura quanto nas repercussões atuais.

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de resgatar e valorizar a memória histórica dos movimentos de resistência durante a ditadura civil-militar, destacando o protagonismo de setores da Igreja Católica, especialmente dos Frades Dominicanos, que, impulsionados pela Teologia da Libertação, enfrentaram o autoritarismo e a repressão (Rohling; Pohlenz, 2024; Boff, 2010).

Além disso, este estudo busca compreender como o cinema se torna uma ferramenta pedagógica, política e social, capaz de provocar reflexões sobre os direitos humanos, a justiça, a ética e os riscos representados por qualquer forma de

autoritarismo. O filme *Batismo de Sangue* não é apenas uma obra artística, mas um documento de resistência e memória, que permite compreender que a luta pela dignidade, pela liberdade e pela justiça social é um processo contínuo, que perpassa gerações e permanece atual frente aos desafios democráticos contemporâneos.

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise de conteúdo e na interpretação de fatos históricos. A pesquisa busca compreender como a Teologia da Libertação, enquanto expressão teológica e prática social, fundamentou a resistência dos Frades Dominicanos contra a repressão imposta pela Ditadura Civil-Militar brasileira, a partir da representação apresentada no filme *Batismo de Sangue* (2007), dirigido por Helvécio Ratton, baseado na obra homônima de Frei Betto.

A opção por uma pesquisa qualitativa se justifica, uma vez que este estudo não busca mensurar dados numéricos, mas compreender fenômenos sociais, políticos, religiosos e culturais a partir das experiências humanas, das memórias e das representações construídas tanto nos relatos históricos quanto na linguagem cinematográfica.

Como procedimentos metodológicos, realiza-se uma análise documental e interpretativa, utilizando-se dois eixos principais:

Análise fílmica, considerando o filme *Batismo de Sangue* como fonte histórica, cultural e narrativa, capaz de transmitir memória, resistência e denúncia sobre a atuação dos frades dominicanos durante a ditadura civil-militar. Essa análise segue os referenciais de Ferro (2010), que defende o cinema como uma poderosa ferramenta de construção da memória e da história, bem como de Chartier (1989) e Burke (2008), que reforçam a importância das representações na compreensão dos fenômenos históricos.

Análise bibliográfica, fundamentada em autores que refletem sobre a Teologia da Libertação, a repressão durante a ditadura civil-militar e as relações entre Igreja e Estado. Destacam-se, entre os principais autores, Leonardo Boff (2010), Gustavo Gutiérrez (1971), Michael Löwy (2000), Rosino Gibellini (1988), além de Frei Betto, cuja obra é tanto objeto quanto fonte da pesquisa, por fornecer relatos diretos da experiência de resistência dos religiosos.

Além disso, o trabalho dialoga com os aportes teóricos da História Cultural, na medida em que compreende o filme como uma produção simbólica que articula

memórias, discursos e representações (Burke, 2003; Chartier, 1989). Também se faz uso da interpretação dos fatos históricos, que permite interpretar os sentidos atribuídos às ações dos sujeitos históricos e aos discursos presentes tanto no filme quanto nos textos analisados.

Quanto às fontes, este trabalho se apoia: no próprio filme *Batismo de Sangue* (2007); na obra literária de Frei Betto que deu origem ao filme (*Batismo de Sangue*, publicado em 1982); em documentos históricos, relatos, entrevistas, cartas e obras dos teólogos envolvidos na Teologia da Libertação, como Gutiérrez, Boff, Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Pedro Casaldáliga; em estudos acadêmicos, artigos, dissertações, teses e livros sobre o tema da Ditadura Civil-Militar e da resistência religiosa no Brasil.

Por fim, este trabalho assume como perspectiva ética a valorização da memória, da luta pelos direitos humanos e da resistência à opressão, compreendendo que a análise do passado contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Esse trabalho está dividido em três capítulos, juntamente com a introdução e a conclusão.

No primeiro capítulo, realiza-se um breve panorama histórico da Teologia da Libertação, destacando suas origens fragmentadas no contexto da colonização europeia na América Latina e sua posterior consolidação como corrente teológica crítica e engajada a partir do Concílio Vaticano II, na década de 1960.

O segundo capítulo analisa a atuação da Igreja Católica no Brasil entre a Era Vargas e a Ditadura Civil-Militar (1964–1985), enfocando tanto religiosos comprometidos com a Teologia da Libertação quanto setores conservadores desvinculados das lutas sociais. São discutidos personagens centrais desse movimento, como Dom Hélder Câmara e Gustavo Gutiérrez, considerado o principal precursor da Teologia da Libertação na América Latina, entre outros agentes de grande relevância para a construção de uma Igreja voltada à justiça social.

No terceiro capítulo, investiga-se o cinema como fonte histórica, com base na Escola dos Annales e da Nova História. Destacam-se as contribuições de historiadores como Marc Ferro (1924–2021) e Peter Burke (1937), que defendem o uso do cinema como instrumento de pesquisa e representação da memória histórica. É apresentado o cinema brasileiro pós-Retomada é analisado enquanto

manifestação cultural profundamente conectada à realidade social do país. aborda-se a representação da resistência dos frades dominicanos durante a ditadura Civil-Militar, retratada no filme Batismo de Sangue, alinhados à Teologia da Libertação.

A conclusão apresenta reflexões sobre o papel da Teologia da Libertação como expressão de resistência política e religiosa, evidenciando como o cinema especialmente Batismo de Sangue contribui de maneira pedagógica para a preservação da memória histórica e para o fortalecimento das lutas por justiça social, alinhados com os valores cristãos de solidariedade e dignidade humana.

1 BREVE HISTÓRICO DA LIBERTAÇÃO

A Teologia da Libertação é um movimento sócio eclesial que emergiu na Igreja Católica na década de 1960 e, por meio de uma análise crítica da realidade social, propôs-se a apoiar a população pobre e oprimida em sua luta por direitos e justiça social. Busca refletir sobre as causas da exploração aos menos favorecidos, denunciando as injustiças e as desigualdades, tendo como o propósito a busca por justiça social. Boff (2010, p. 14) aponta que: “A Teologia da Libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres”.

Michael Löwy (2000) aponta oito elementos centrais da Teologia da Libertação, entre os quais se destacam: a ideia de que a libertação humana antecipa a salvação final em Cristo, uma nova forma de interpretar a Bíblia a partir da realidade vivida pelos pobres, uma crítica ética e social ao capitalismo dependente, a criação de comunidades eclesiais de base como expressão de uma nova maneira de engajamento eclesial, e, principalmente, a opção preferencial pelos pobres, junto à solidariedade com sua luta por autonomia e justiça.

As origens da Teologia da Libertação são fragmentadas e remontam ao período da dominação do Brasil e da América Latina pelos portugueses e espanhóis. Já nesse contexto, séculos antes de sua formulação oficial, figuras como Bartolomeu de Las Casas, Frade Dominicano espanhol, defendia os povos indígenas contra o extermínio promovido pela colonização europeia. A atuação de Las Casas evidencia traços iniciais de uma corrente teológica voltada aos marginalizados, um dos princípios centrais do ensinamento de Jesus Cristo (Las Casas, 1992).

No século XX, a teoria crítica evoluiu para a Nouvelle Théologie, uma corrente teológica que buscava romper com os pressupostos da escolástica tradicional, especialmente com a teologia sistematizada por São Tomás de Aquino. Nesse mesmo período, o existencialismo e o relativismo passaram a ganhar força, influenciando a teologia contemporânea. Nomes como Karl Rahner, Hans Küng, Yves Congar, entre outros, tornaram-se expoentes dessa nova abordagem teológica, alcançando destaque em universidades católicas e seminários ao redor do mundo.

A partir da articulação entre teologia e teorias revolucionárias, o teólogo alemão Johann Baptist Metz desenvolveu a Teologia Política, durante a década de 1960, aplicando seu pensamento ao contexto sociopolítico contemporâneo (Metz, 1980). Inspirado por essas reflexões e diante da realidade social e política da América Latina na década de 1970, o sacerdote dominicano peruano Gustavo Gutiérrez elaborou a obra *Teología de la Liberación* (Gutiérrez, 1971), na qual propõe uma abordagem teológica comprometida com a situação dos pobres e marginalizados. Sua proposta representa uma adaptação crítica das ideias de Metz à realidade latino-americana, estabelecendo um novo modo de pensar teológico-cristão enraizado na vivência concreta dos oprimidos.

A Teologia da Libertação, composta por teólogos católicos e protestantes, busca dar voz às igrejas periféricas da América Latina. Ela defende uma igreja atuante e libertadora, em contraste com o modelo eclesial europeu, ainda marcado por estruturas coloniais e heranças medievais.

No Brasil, além dos problemas socioeconômicos enfrentados no país na primeira metade do século XX, observou-se um crescente envolvimento dos religiosos católicos com o cotidiano de seus fiéis, marcado pelo contato direto com o sofrimento e as dificuldades de uma parcela significativa da população. No entanto, foi a partir da década de 1960 que dois eventos fundamentais impulsionaram um engajamento ainda maior de parte do clero com a questão social no país: o Concílio Vaticano II e o Golpe civil-Militar.

A Teologia da Libertação é uma expressão autêntica do Evangelho, que rompe com conceitos tradicionais da Igreja ao introduzir ideias de igualdade social e direitos humanos. Utiliza uma linguagem mais espontânea e direta, trazendo críticas ao sistema capitalista. Essa teologia surge no seio do catolicismo como resposta à contradição vivida na América Latina, onde a extrema pobreza contrasta com a fé cristã professada pela maioria da população.

A preocupação com o pobre foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios que remonta às origens evangélicas do cristianismo. Os teólogos latino-americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração (Löwy, 2000, p. 123)

Uma Igreja que ignora os oprimidos e não questiona suas condições de vida trai os princípios do Evangelho. Segundo Leonardo Boff (2013), a Teologia da Libertação se desenvolve em quatro fases: gestação, a partir do Concílio Vaticano II

e da Conferência de Medellín; difusão, impulsionada por obras como A Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez (1971) e Teologia da Libertação e Cativeiro de Boff (1975); consolidação, com sua ampla aceitação na América Latina; e, por fim, revisão e novo impulso, quando passa a dialogar com novos contextos sociais e desafios.

A partir da Conferência do Conselho do Episcopado Latino-Americano (CELAM), uma parte minoritária da Igreja Católica da América Latina desenvolveu uma interpretação própria dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, contextualizando à realidade do continente, marcada pela pobreza e miséria. Essa perspectiva se baseia no próprio Evangelho, que apresenta Jesus como defensor dos pobres, marginalizados e sofredores, empenhado em libertá-los das causas de seu sofrimento.

Historicamente, a atuação da Igreja Católica na América Latina esteve, em grande parte, alinhada aos interesses das elites e dos poderes coloniais. Durante séculos, a Igreja funcionou como um braço ideológico de sustentação da ordem social, legitimando hierarquias, desigualdades e estruturas opressoras. Sua missão estava centrada na evangelização espiritualizada, desvinculada das questões sociais, priorizando a salvação das almas em detrimento das condições materiais de vida dos fiéis. Esse conservadorismo institucional impunha uma prática religiosa que pouco questionava as causas da miséria, da opressão e da exclusão que assolavam as populações latino-americanas (Löwy, 2016).

É nesse cenário que a Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medellín, em 1968, torna-se um marco de ruptura. Inspirada pelos ventos de renovação do Concílio Vaticano II, uma parcela progressista da Igreja, embora minoritária, passa a reinterpretar o Evangelho à luz das realidades concretas da América Latina, profundamente marcada pela pobreza, desigualdade e exploração. Essa virada teológica não era apenas uma reflexão abstrata, mas um chamado à ação, propondo uma Igreja comprometida com a transformação social, a denúncia das estruturas injustas e a defesa incondicional dos pobres e marginalizados (Teixeira *et al.*, 2021).

Essa nova perspectiva, fundamentada na opção preferencial pelos pobres, representou uma mudança radical no papel da Igreja na sociedade. Ao se posicionar contra as estruturas de dominação, a Teologia da Libertação rompe com a tradição

conservadora que, até então, naturalizava as desigualdades. Ao apresentar Jesus como libertador dos oprimidos, essa teologia passa a questionar não apenas os pecados individuais, mas também os pecados estruturais como a fome, a miséria, a concentração de terras e a repressão política, tornando-se, assim, um movimento profundamente revolucionário, tanto no âmbito espiritual quanto no social (Teixeira *et al.*, 2021).

Em 1968, Gustavo Gutiérrez publicou *Teología de la Liberación*, obra que dá nome ao movimento. Leonardo Boff também contribuiu significativamente para a construção desse movimento, incorporando à Teologia da Libertação a dimensão feminista, ao denunciar a opressão sofrida pelas mulheres em uma sociedade patriarcal e destacar suas lutas por igualdade de gênero, a fim de ampliar a compreensão da libertação, não apenas no campo socioeconômico, mas também nas relações de gênero, tornando a teologia ainda mais inclusiva, crítica e comprometida com todas as formas de justiça.

Na América Latina, nos últimos quinze anos, houve um processo ligado aos cristãos de base e à teologia da libertação que está elaborando e difundindo a Teologia feminista da Libertação. Começou-se a descobrir a mulher como sujeito histórico oprimido e discriminado, dominado pelo machismo, pela cultura patriarcal e também pelo colonialismo capitalista ocidental (Boff, 1996, p. 66).

O terceiro período da Teologia da Libertação tem início com a III Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Puebla, no México em 1979, cujo tema foi “A evangelização no presente e no futuro da América Latina”. Nessa ocasião, a Teologia da Libertação foi consolidada oficialmente e são apresentados dois aspectos dela: o espiritual (interior e pessoal), que trata da libertação do pecado individual; e o histórico (social e estrutural), que busca libertar o ser humano das condições sociopolíticas, econômicas e culturais opressoras. Este segundo aspecto, segundo Gibellini (1988, p. 349), é identificado como “pecado social”.

Um sinal de expansão foi a colaboração clandestina na Conferência de Puebla. Por outro lado, foi um tempo de defensiva: a teologia da libertação não era mais a ideologia dos vencedores e sim dos vencidos, era uma ideologia de resistência. Ao entrar no movimento, Leonardo Boff marcou a diferença, anunciando o tema do cativo. Sendo doravante movimento de resistência a teologia da libertação buscou formas de associação com as outras resistências e suas teologias, a teologia negra, indígena e a feminista (Susin, 2000, p. 186).

Em 1979, membros da Igreja alinhados à Teologia da Libertação passaram a conceituar a Igreja como uma instituição voltada para os pobres e comprometida com a libertação integral do ser humano, tanto no aspecto espiritual quanto no social. Nesse contexto, algumas denominações protestantes começaram a se distanciar da Teologia da Libertação, alegando que essa abordagem apresentava uma visão idealizada da pobreza (Löwy, 2016).

Curiosamente, esse mesmo discurso foi apropriado, posteriormente, por setores católicos conservadores, que retomaram uma visão de mundo de raiz medieval, segundo a qual a pobreza seria parte da vontade divina para cada indivíduo. Com isso, acabam, direta ou indiretamente, legitimando estruturas de exploração e apoiando modelos econômicos e políticos que aprofundam as desigualdades e negligenciam os direitos da classe trabalhadora.

O quarto período da Teologia da Libertação é marcado pela revisão e por um novo impulso, a partir de 1989. Nessa fase, amplia-se a preocupação que antes se concentrava exclusivamente nos pobres, passando a incluir também questões relacionadas à natureza e à ecologia. Para essa vertente da Teologia da Libertação, o ser humano e a Terra devem viver em harmonia, respeitando-se mutuamente, a fim de que as futuras gerações possam usufruir da diversidade do planeta e tenham condições de viver com dignidade. Cuidar do planeta, como uma das criações de Deus e lugar onde vivemos, torna-se, portanto, uma exigência ética e espiritual (Noronha, 2012). Nesse contexto, o industrialismo é chamado a repensar suas práticas, priorizando a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente, em vez de visar apenas o lucro.

Na Teologia da Libertação, o primeiro ato corresponde à experiência de fé com o sagrado, que conduz, de forma natural e necessária, ao compromisso concreto com os pobres e com os marginalizados. A opção preferencial pelos pobres é, portanto, mais do que um princípio teológico; trata-se de uma escolha profundamente ética, evangélica e política. É ética, pois nasce da indignação diante das injustiças sociais e da busca pela dignidade humana; é evangélica, porque se fundamenta nos ensinamentos de Jesus, especialmente nas palavras do Evangelho de Mateus 25, 35-40, que afirma que servir aos necessitados é servir ao próprio Cristo; e é política, porque implica a necessidade de atuação concreta na transformação das estruturas sociais opressoras (Moura *et al.*, 2021).

Pois tive fome e me deste de comer. Tive sede e me deste de beber. Era forasteiro e me acolheste. Estive nu e me vestiste, doente e me visitaste, preso e vieste ver-me. Então os justos lhe responderão: Senhor, quando foi que te vimos forasteiro e te recolhemos ou nu e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso e fomos te ver? Ao que lhes responderá o rei: 'Em verdade, em verdade vos digo: cada vez que o fizeste a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizeste' (MT .25,35-40).

Nesse sentido, o teólogo não pode se colocar em posição de neutralidade: assumir uma postura em favor dos oprimidos é uma exigência da fé encarnada na realidade. A Teologia da Libertação busca, em sua essência, revelar o amor de Deus por meio do serviço dedicado aos oprimidos e marginalizados.

Paulo Freire contribuiu significativamente para a Teologia da Libertação ao despertar uma nova compreensão sobre a educação como instrumento de libertação. Para ele, o conhecimento da realidade em que se vive é o primeiro passo para transformá-la. A educação, nesse sentido, não é apenas transmissora de conteúdo, mas formadora de sujeitos conscientes, capazes de se tornarem protagonistas de sua própria libertação (Freire, 2018).

Como afirma o próprio Freire (Demo, 2000): O sistema não teme o pobre que passa fome, teme o pobre que sabe pensar. Essa ideia se aproxima do conceito marxista da luta do proletariado, embora a Teologia da Libertação não se baseie no marxismo em si, mas compartilhe com ele a preocupação com a realidade de miséria extrema vivida na América Latina.

O ponto de contato entre a Teologia da Libertação e algumas ferramentas analíticas do marxismo está na crítica das estruturas sociais que geram pobreza, desigualdade e exclusão (Strelhow, 2014). No entanto, as raízes, os fundamentos e as motivações da Teologia da Libertação estão profundamente ancorados no Evangelho e na vida de Jesus Cristo. A crítica ao capitalismo, nesse pensamento teológico, não surge de uma adesão ao marxismo, mas de uma leitura ética, bíblica e comunitária, que denuncia o individualismo, o consumismo e a negação da partilha, elementos que contrariam os princípios evangélicos de solidariedade, justiça e cuidado com os mais pobres.

A Igreja conservadora, por sua vez, costuma tratar os pobres como meros receptores de caridade, como se dependessem apenas de "figuras paternas" para sobreviver. A Teologia da Libertação rompe com essa visão, reconhecendo o pobre como sujeito ativo e protagonista de sua própria história e luta. Pois ela está

intimamente ligada à própria existência do povo, à sua fé e à sua luta. “Faz parte de sua concepção de vida cristã” (Boff, 2010, p. 25).

O contexto histórico da Revolução Cubana e a sucessão de golpes militares nas décadas de 1960 e 1970 criaram um ambiente de intensas lutas sociais na América Latina. Nesse cenário, setores do cristianismo passaram a se aproximar das ideias marxistas, em busca de respostas para a realidade de opressão. A Igreja progressista, então, se engajou nas causas populares, posicionando-se contra as injustiças sociais e em defesa dos marginalizados (De Souza, 2010).

A Teologia da Libertação, assim, busca integrar fé e realidade social. Ela nasce do compromisso com as pessoas que vivem à margem da sociedade, abandonadas pelo poder público e esquecidas pelas elites. Por esse motivo, é considerada uma teologia popular.

Foi assim, por caminhos desconcertantes e por meio de muitas dificuldades e sobressaltos que a Igreja da América-Latina se torna consciente de que a luta pela justiça e a defesa dos pobres e excluídos era parte integrante de sua missão evangelizadora, porque inerente ao próprio Evangelho (Susin, 2000, p. 56).

O Concílio Vaticano II foi um marco importante para a Teologia da Libertação, pois abriu os olhos do clero para as realidades sociais, especialmente na América Latina. Enquanto setores tradicionalistas da Igreja Católica, ainda presos a uma visão eurocêntrica, davam pouca atenção às particularidades de outros continentes, a ala progressista passou a se comprometer com as necessidades concretas dos pobres e oprimidos.

O Concílio Vaticano II pode ser visto como ponto de chegada de um longo processo, em que a fé procurava dar respostas aos desafios da época moderna. [...]. Na América Latina, o Concílio não funcionou apenas como ponto de chegada, mas também como ponto de partida de uma nova consciência de ser Igreja. De acordo com esta análise, a Igreja latino-americana realizou uma “recepção criativa” do Concílio à luz da realidade latino-americana, na perspectiva dos pobres a solidariedade como o homem de hoje torna-se solidariedade com os pobres, e a teologia que acompanha com reflexão este caminho é a teologia da libertação (Gibellini, 1998, p. 369-70).

Para essa vertente da Igreja, Deus está presente em todos os seres humanos e se manifesta especialmente naqueles que sofrem. “O serviço solidário ao oprimido significa então um ato de amor ao Cristo sofredor, uma liturgia que agrada a Deus” (Boff, 2010, p. 15).

Diante desse percurso histórico e teológico, é possível afirmar que a Teologia da Libertação representa uma das expressões mais autênticas e comprometidas do cristianismo na América Latina. Mais do que uma simples corrente teológica, ela se consolidou como um movimento social, espiritual e político, profundamente enraizado na realidade dos povos latino-americanos e nas exigências do Evangelho.

Sua proposta rompe com as tradições conservadoras do catolicismo, ao entender que não há verdadeira espiritualidade sem engajamento com as causas dos oprimidos. Ao assumir a opção preferencial pelos pobres, a Teologia da Libertação redefine o papel da fé cristã, transformando-a em instrumento de denúncia das injustiças e de anúncio de uma sociedade baseada na justiça, na igualdade e na dignidade humana.

2 A IGREJA CATÓLICA NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO

A relação entre a Igreja Católica e o Estado no século XX no Brasil, se dá a partir da Era Vargas, pois o governo via a igreja como uma chance de conquistar o povo, devido a suas ações pastorais e seguimentos sociais ligados a ela, assim viu uma oportunidade de aliança, principalmente para legitimar a revolução de 1930. A igreja teve oportunidade para gerar maior influência religiosa em uma sociedade totalmente anticomunista (Julião, 2012).

Conforme destaca Mainwaring (1989), após a promulgação da Constituição de 1934, consolidou-se uma aliança política significativa entre a Igreja Católica e o governo de Getúlio Vargas. Nesse contexto, o Estado atendeu a diversas reivindicações da Igreja, como a repressão a correntes políticas de orientação liberal e comunista, além da concessão de privilégios institucionais. Em contrapartida, a Igreja ofereceu respaldo social ao regime, contribuindo para a consolidação de sua legitimidade perante a sociedade brasileira.

Com a valorização dos valores tradicionais defendidos pela igreja como família e moralidade, Vargas revoga medidas adotadas na Primeira República e reintroduz o Ensino Religioso obrigatório na educação básica, além do reconhecimento civil nos casamentos religiosos, financiamento do estado para instituições de ensino católico e autorização para que religiosos servissem como capelães nas forças armadas (Julião, 2012).

Com essa aliança, surge a Ação Católica que moldou a igreja nos anos 1930. Fundada no Brasil em 1935, a Ação Católica tinha como objetivos a formação de apostolado, a participação social do clero e maior proximidade de seus adeptos. Sem se confrontar com o regime varguista, a Igreja via a Ação Católica como uma ferramenta para combater ameaças como o comunismo. Com isso, houve o surgimento de vários movimentos leigos ligados à Igreja Católica tanto no campo político como no social, pois acreditavam que dessa forma sempre existiria o vínculo da igreja com o poder do estado com ações na cidade e no campo (Farias, 2000).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Ação Católica cresceu com a formação de grupos como a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), focados em temas ligados aos trabalhadores e estudantes. Influenciadas pela teologia progressista europeia, essas organizações passaram a adotar uma postura mais crítica em relação às desigualdades sociais. Grupos como a JUC e setores da JOC se aproximaram dos movimentos sociais, denunciando as estruturas de poder e as desigualdades sociais, elas tinham um perfil litúrgico e um engajamento social. Entre as décadas de 1950 e 1960, parte desses segmentos adotou posições alinhadas à esquerda cristã, antecipando aspectos que mais tarde seriam centrais na Teologia da Libertação (Barboza, 2021).

A Ação Popular (AP), um ramo da Ação Católica, surge no início dos anos 1960 com a ideia de mobilização sócio-organizacional e de consciência, defendendo reformas econômicas e sociais, buscando uma sociedade mais igualitária frente ao capitalismo brasileiro. Muitos desses militantes da Ação Popular foram perseguidos durante a ditadura civil-militar. Durante o governo de João Goulart (1961–1964), as propostas de reforma agrária e educacional, além da aproximação com sindicatos e grupos de esquerda, causaram preocupação entre os setores conservadores. Grande parte da Igreja enxergava o comunismo como uma ameaça à moral e à propriedade privada (De Souza, 2006).

Às vésperas do golpe, a igreja diverge do governo de João Goulart e organiza protestos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contra suas reformas, abrindo espaço para um diálogo amigável com o golpe civil-militar em 1964. Parte dos membros conservadores da igreja atuavam ativamente em apoio ao golpe, articulando-se com as Forças Armadas e as elites. A Liga Eleitoral Católica (LEC) e líderes como dom Hélder Câmara (que na época mantinha uma posição conservadora) defenderam a intervenção como sendo uma proteção à civilização cristã. O clero brasileiro temia uma revolução socialista como a cubana e via a ditadura como necessária naquele momento (Sanchez; Passos, 2025).

Depois de 1964, setores mais progressistas da Ação Católica foram alvo de repressão, enquanto a cúpula da Igreja Católica manteve uma postura de apoio aos militares. No fim dos anos 1960, influenciada pelo Concílio Vaticano II, através de sua reforma para o catolicismo mundial, a Igreja começou a criticar os abusos da ditadura tanto na cidade quanto no campo (Arns, 2022).

A partir dos anos 1968, com o decreto do Ato Institucional n 5, aumenta o número de prisões arbitrárias, tortura e desaparecimento de civis, além da censura da rádio e TV. A Igreja Católica ajudava as vítimas da repressão, abrigando os perseguidos políticos e organizando protestos em defesa dos direitos humanos. Esse posicionamento da Igreja foi fundamental para a redemocratização (Arns, 2022).

Em agosto de 1968, a segunda conferência do Episcopado latino-americano, realizada em Medellín, na Colômbia, marcou profundamente a Igreja. A partir desse encontro, a Igreja Católica passou a se posicionar de acordo com as realidades sociais, políticas e econômicas da América Latina, seguindo as orientações do Concílio Vaticano II. Nesse contexto, os militares passaram a desconfiar de alguns religiosos, e muitos Padres e Bispos acabaram sendo investigados e perseguidos pelos militares, causando a morte e desaparecimento de religiosos sob acusação de subversão (Gonçalves, 2018).

Alguns eventos que antecederam o golpe, deram munição aos militares para que acreditassem que a igreja como um todo estava a seu favor, partindo do apoio que tiveram da Cruzada do Rosário e das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Depois que os militares tomam o poder, a ala conservadora da igreja também assume a direção do episcopado, transferindo os bispos que incomodavam o regime para lugares mais distantes. Como dom Hélder Câmara, transferido do Rio de Janeiro para Olinda em 1964 alegando que no Nordeste, incomodaria menos (Gonçalves, 2018).

O Arcebispo conservador dom Agnello Rossi (1913-1995) assumiu a CNBB em 1964 junto de dom José Gonçalves (1914-2001), fazendo com que parte da Igreja Católica passasse a conviver de forma conivente com a ditadura. Com o conservadorismo da igreja na liderança, grupos de base, principalmente da Juventude Católica, começaram a questionar o posicionamento dos bispos e protestar contra os acontecidos, com o apoio de padres vinculados ao movimento progressista. Com isso, passaram a ser investigados e alguns acabaram presos pelos militares. A partir da perseguição de Frades Dominicanos e leigos, parte do Episcopado conservador começou a apoiar seus Padres. Alguns Bispos não confrontaram os militares, preferindo manter uma relação pacífica com o estado,

alegando que não seria adequado misturar questões religiosas com assuntos políticos (Mathias, 2024).

Com o A.I 5 tornou-se cotidiano religiosos sendo presos, torturados e mortos no Brasil. Em 1969, o Padre Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Hélder Câmara e ligado ao trabalho com a juventude, foi assassinado em retaliação às denúncias feitas contra a ditadura, logo depois, a casa de Dom Hélder foi metralhada. Entre 1968 e 1978, sete Padres e seminaristas foram assassinados pela ditadura. Padres estrangeiros foram expulsos do país, e imóveis pertencentes à igreja foram invadidos e vandalizados. Uma das principais ordens visadas pela ditadura foi a dos Frades Dominicanos acusados de terrorismo (Mathias, 2024).

A mídia difundiu ataques a religiosos a mando dos militares acusando-os de comunismo e traidores do evangelho. A CNBB se vê atacada quando em 1976 um de seus Bispos, Dom Adriano Hipólito de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, é sequestrado por seis homens, sendo espancado por horas, pintado de vermelho, largado em um lugar afastado da cidade, e seu carro explodido em frente à sede da CNBB no Rio de Janeiro, essa ação gerou um documento chamado Comunicação Pastoral ao Povo de Deus, que fez padres e bispos favoráveis ao regime refletirem sobre o papel da igreja (Mathias, 2024). Dom Adriano Hypolito, em entrevista ao GLOBO publicada na edição de 13 de novembro de 1994, relatou como ocorreu sua prisão:

Eu não ia dar esse gosto aos meus sequestradores. O sequestro, não tenho dúvidas, foi organizado por militares da linha-dura, mas o inquérito jamais apontou responsáveis. Fui encapuzado, algemado e levado num carro, que passou pelo menos duas vezes pela Vila Militar. Tiraram minha roupa e, depois de me baterem, me pintaram com um spray vermelho, sempre me acusando de ser comunista. Eu estava preparado para morrer, mas, como eles mesmos disseram, foi só uma lição¹.

Em 1979, outro atentado é efetivado contra Adriano Hipólito, com a explosão de uma bomba embaixo do altar na qual presidia uma missa na Catedral de Santo Antônio em Nova Iguaçu. Como protesto, dez mil pessoas foram em procissão em defesa de Dom Adriano. Com o pontificado de João Paulo II (1978-2005), padres e bispos ligados à Teologia da Libertação passaram a sofrer maior pressão do

1

Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacusequestrado-torturado-em-76-20160361>. Acesso em 17/06/2025.

Vaticano e vários religiosos foram advertidos por seu comprometimento no campo social e político do país (Sales; De Luna Freire, 2020).

Em 1984, a Congregação para a Doutrina da Fé, liderada pelo cardeal Joseph Ratzinger, que se tornaria o papa Bento XVI, publicou a instrução *Libertatis Nuntius* com críticas a teologia da libertação por uso de categorias marxistas, acusando-os de promover uma visão política e ideológica da fé cristã. Leonardo Boff foi advertido e silenciado por um ano, proibido de publicar ou falar publicamente sobre algo relacionado à Igreja Católica (Sales; De Luna Freire, 2020).

Gustavo Gutierrez foi monitorado de perto apesar de não ter tomado sanções da Igreja, outros padres e bispos foram afastados e substituídos do cargo, investigados e pressionados a modificar sua atuação pastoral. Com essas ações, as comunidades eclesiais de base enfraqueceram, dando lugar a movimentos mais conservadores dentro da igreja como a Renovação Carismática. O tradicionalismo católico passou a abordar a preferência pelos pobres de outras maneiras como a criação de obras sociais e escolas, rejeitando as lutas de classe (Sales; De Luna Freire, 2020).

2.1 A Teologia da Libertação de Gustavo Gutierrez

Nascido em Lima, no Peru, em 8 de junho de 1928, Gustavo Gutiérrez teve sua infância e juventude marcadas por sérios problemas de saúde, passando vários anos em uma cadeira de rodas devido à osteomielite. Inicialmente, seu interesse estava voltado para a medicina e a psiquiatria, mas, ao se envolver com a Ação Católica, despertou-se para a teologia, área na qual construiu toda a sua trajetória. Gutiérrez formou-se em psicologia, filosofia e teologia, concluindo seu doutorado em teologia no Institut Pastoral d'Études Religieuses, em Lyon, na França (Resende, 2008).

Ordenado sacerdote em 1959, ingressou posteriormente, em 2001, na Ordem dos Dominicanos. Atuou como pároco em bairros periféricos e empobrecidos de Lima, experiência que foi decisiva para moldar seu compromisso com as causas sociais e, especialmente, com os pobres e marginalizados. Essa vivência concreta com a realidade da exclusão tornou-se a base de sua reflexão teológica e pastoral (Resende, 2008).

Sua obra mais emblemática, “Teologia da Libertação: Perspectivas”, publicada em 1971, é considerada o marco fundador desse movimento teológico. Nela, Gutiérrez defende que a fé cristã não pode ser dissociada da luta pela justiça social e pela superação da pobreza. Sua principal contribuição reside na formulação do conceito de “opção preferencial pelos pobres”, que passa a ser entendido como princípio ético, evangélico e teológico, orientando tanto a prática pastoral quanto a reflexão crítica sobre as estruturas de opressão (Gutiérrez, 2000).

Gutiérrez sustentava que a salvação cristã não se restringia à vida após a morte, mas abrangia também a libertação das situações de opressão vividas no presente. Sua proposta teológica destacava a urgência de modificar as estruturas sociais injustas, influenciando profundamente movimentos sociais e religiosos em toda a América Latina.

Em 1974, ele criou o Instituto *Bartolomé de Las Casas*, em Lima, com a finalidade de fomentar uma reflexão teológica enraizada na realidade das populações empobrecidas. “Esse trabalho busca uma reflexão, a partir do evangelho e das experiências de homens e mulheres comprometidos com a libertação nesse subconsciente de opressão e a pobreza que é a América Latina (Gutiérrez, 2000, p.n.)

Gutierrez transforma a ideia de Marx dizendo que a religião pode sim ser fonte de libertação se apropriando dos próprios pensamentos marxistas da sociedade. No capítulo teologia, a inteligência da fé, Gutierrez propõe um novo modelo de fazer teologia, se opondo à exploração e lutando contra ela através da comunhão com Deus e com o próximo. Ele explica que existe uma minoria beneficiada com a miséria de uma maioria na América Latina (Guimarães *et al.*, 2012).

Em sua obra, Gutierrez (2000) aborda que o sistema capitalista ofende a Deus e que o cristianismo é inverso ao capitalismo. Não esconde que parte da igreja se posiciona a favor dos poderosos e até se coloca como neutra. Cita que no momento que a igreja intervém a favor dos pobres, uma minoria defende que não é papel da igreja intervir politicamente. Para Gutierrez, onde existem injustiças e desigualdades sociais econômicas e políticas, todo cristão deve denunciar, e a santa Sé não entende ou busca não entender a necessidade do povo Latino Americano.

A obra de Gutiérrez aborda o processo de libertação como algo que exige a participação ativa dos próprios oprimidos, que devem ser protagonistas de sua própria libertação. A salvação é através da comunhão com Deus e com os homens e

o pecado existe na escravização de povos, classes sociais, etc. Gutierrez destaca que os que esperam viver o cristianismo só depois da morte, estão antagonizando o próprio Cristo (Noronha, 2012).

Na teologia da libertação, Gutiérrez cita a necessidades de abolir as classes sociais, rejeitando um sistema onde existem opressores e oprimidos, e defende uma redefinição da igreja a partir de ações políticas (Noronha, 2012).

2.2 A Teologia da Libertação por Rubem Alves

Rubem Alves (1933–2014) foi pastor presbiteriano, educador, teólogo e escritor, cuja trajetória se destacou pelo compromisso com a dignidade dos pobres, sem o objetivo de convertê-los ao protestantismo. Durante o início da ditadura civil-militar no Brasil, enquanto realizava seu doutorado nos Estados Unidos, foi acusado de subversão pela própria Igreja Presbiteriana, à qual pertencia, em razão de seu pensamento crítico e engajamento social (Silva, 2017).

Sua tese de doutorado foi pioneira no desenvolvimento da Teologia da Libertação no Brasil. Inicialmente intitulada “Toward a Theology of Liberation” (Rumo a uma Teologia da Libertação), foi posteriormente adaptada para “A Theology of Hope” (*Teologia da Esperança*), em diálogo com os conceitos do teólogo alemão Jürgen Moltmann, que na Europa desenvolvia a chamada teologia da esperança (De Paula Cavalcante, 2020).

Rubem Alves enfrentou tensões dentro dos círculos teológicos, inclusive com Frei Betto, que manifestava certa resistência em relação à liderança de um teólogo protestante nas discussões sobre a Teologia da Libertação, tradicionalmente mais associada à Igreja Católica. Durante a Ditadura civil-militar, assim como ocorreu com parte da hierarquia católica, setores significativos das Igrejas Protestantes no Brasil também se alinharam ao regime autoritário, contrariando os princípios evangélicos de justiça, fraternidade e solidariedade (De Paula Cavalcante, 2020).

Em 1970, Rubem Alves rompe definitivamente com o presbiterianismo institucional. No capítulo intitulado “*Vocação da Liberdade*”, ele apresenta uma reflexão teológica que propõe uma ruptura com as estruturas opressoras, afirmando que Deus é o autor da história, mas que o ser humano é chamado a ser coautor na construção de um mundo mais justo e fraterno (De Paula Cavalcante, 2020).

Diferente de outros teólogos da libertação, Alves introduz em seus escritos temas pouco explorados até então, como a importância da alegria, do corpo, da sensibilidade e da imaginação como dimensões essenciais do processo de libertação.

Na obra “Cristianismo: Ópio ou Libertação?”, ele analisa criticamente a realidade do proletariado, propondo um diálogo ecumênico e comprometido com as classes populares. Para ele, a pobreza nos países subdesenvolvidos não era fruto de um desígnio divino, mas consequência histórica de séculos de colonialismo, exploração e opressão. Assim, defendia que todos aqueles que se dizem seguidores de Cristo deveriam assumir, de forma ativa e concreta, o compromisso com a causa dos pobres e dos marginalizados (Leonidio, 2017).

2.3 A Teologia da Libertação por Leonardo Boff

Leonardo Boff nasceu em 14 de dezembro de 1938, na cidade de Concórdia, em Santa Catarina. Reconhecido nacional e internacionalmente, construiu uma trajetória marcada pela atuação como teólogo, filósofo, escritor e professor. Em 1959, ingressou na Ordem dos Frades Menores e, cinco anos depois, em 1964, foi ordenado sacerdote. Posteriormente, concluiu seu doutorado em Teologia e Filosofia na Universidade de Munique, na Alemanha, em 1970 (Camurça, 2013).

Por mais de duas décadas, dedicou-se ao ensino de Teologia Sistemática e Ecumênica no Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis (RJ). Além da atividade docente, desempenhou um papel relevante como editor em diversas publicações acadêmicas de referência, como Concilium, Revista de Cultura Vozes e Revista Eclesiástica Brasileira (Camurça, 2013).

Boff tornou-se uma das principais vozes da Teologia da Libertação no Brasil. Sua obra Jesus Cristo Libertador, publicada em 1972, é considerada um marco desse movimento, ao propor uma leitura de Jesus profundamente comprometida com os pobres e os marginalizados. Anos depois, em Igreja: Carisma e Poder (1981), questionou duramente as estruturas hierárquicas e autoritárias da Igreja Católica. Essa crítica levou-o a ser processado pela Congregação para a Doutrina da Fé, então presidida pelo cardeal Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI). Como resultado, em 1985, foi punido com a imposição do "silêncio obsequioso",

sendo proibido de se pronunciar publicamente sobre temas teológicos (Camurça, 2013; Noronha, 2012).

Diante da possibilidade de novas sanções e limitações impostas pela hierarquia eclesiástica, em 1992, Leonardo Boff decidiu se desligar da Ordem Franciscana e pediu dispensa das funções sacerdotais. A partir desse momento, passou a atuar como leigo, sem, contudo, abandonar sua militância teológica e social, permanecendo ao lado dos movimentos populares e das causas sociais (Gomes *et al.*, 2012).

Na década de 1990, ampliou seu campo de reflexão, integrando a dimensão ecológica às questões sociais. Em sua obra *O Grito da Terra, o Grito dos Pobres* (1997), articula uma visão que une a defesa dos direitos humanos à preservação do meio ambiente, demonstrando que as crises socioeconômicas e ecológicas fazem parte de uma mesma lógica de exploração e destruição (Gomes *et al.*, 2012).

Como professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde se tornou professor emérito, lecionou disciplinas como Ética, Filosofia da Religião e Ecologia. Sua contribuição intelectual e social foi reconhecida por diversas instituições acadêmicas ao redor do mundo, recebendo títulos de Doutor Honoris Causa, entre eles, das universidades de Turim, na Itália, e Lund, na Suécia (Camurça, 2013).

Para Boff, Marx não é pai nem padrinho da Teologia da Libertação, mas sim os profetas, os apóstolos e o próprio Jesus. Mártires que lutaram pela causa dos oprimidos e foram perseguidos e mortos.

Segundo Boff (2010, p.n.):

Jesus é libertador integral não porque os teólogos da libertação dizem, mas porque os evangelhos assim o mostram, compassivo com os doentes, indignado com a falsidade social, libertador da morte, misericordioso para com os pecadores. Revelando-nos a dignidade de filhos e filhas de Deus. Não morreu pacificamente em casa, cercado de discípulos, mas em consequência de um conflito político e religioso criado com as forças do tempo.

Leonardo Boff segue sendo uma das vozes mais expressivas e influentes da teologia contemporânea. Sua produção intelectual estabelece uma profunda articulação entre fé, justiça social e cuidado com a criação, impactando não apenas os espaços religiosos, mas também os movimentos sociais, ambientais e acadêmicos. Seu legado se distingue pela harmonia entre discurso e prática,

consolidando-se como referência indispensável nos debates éticos, teológicos e políticos, tanto no Brasil quanto no cenário internacional (Silva, 2007).

2.4 A Teologia da Libertação por Dom Helder Câmara

Dom Helder Câmara (1909-1999) foi Arcebispo de Recife, engajado na luta a favor dos pobres, defensor do ecumenismo e do diálogo com outras religiões. Criador do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

[...] é bom que ninguém se iluda, ninguém aja de maneira ingênua, quem escuta a voz de Deus e faz sua opção interior e arranca-se de si e parte para lutar pacificamente por um mundo mais justo e mais humano, não pense que vai encontrar um caminho fácil, pétalas de rosas debaixo dos pés, multidões a escuta, aplausos por toda parte e permanentemente como proteção decisiva, a mão de Deus. Quem se arranca de si e parte como peregrino da justiça e da paz, prepare-se para desertos (Câmara, 1975, p. 31).

Dom Hélder Câmara destacou-se como uma liderança firme na resistência ao autoritarismo, sendo defensor intransigente dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito. Durante o regime militar brasileiro, tornou-se alvo de intensa perseguição, chegando a ser completamente censurado pela imprensa nacional, que estava proibida, por ordem do governo, de divulgar qualquer menção ao seu nome (Condini, 2015).

Diante desse cenário, percorreu diversos países, especialmente na Europa, denunciando as violações dos direitos humanos e os abusos cometidos pela ditadura no Brasil. Sua atuação internacional ganhou grande repercussão, o que levou a ditadura civil-militar brasileira a rotulá-lo como comunista, numa tentativa de deslegitimar sua luta em favor dos mais pobres e oprimidos (Condini, 2015).

A censura atingiu seu ápice com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 1968, que intensificou a repressão, restringindo liberdades e, entre outras medidas, proibindo formalmente qualquer veículo de comunicação de divulgar sua imagem, voz ou declarações (Siqueira *et al.*, 2019).

Dom Hélder foi indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento à sua incansável atuação na defesa dos direitos humanos e na denúncia das arbitrariedades do regime militar. Contudo, durante o governo Médici, em 1970, o próprio Estado brasileiro atuou para impedir que ele fosse laureado, instruindo o embaixador do Brasil na Noruega a trabalhar contra sua candidatura.

Seu compromisso com os direitos humanos foi oficialmente reconhecido pelo Estado brasileiro quando, em 2017, através da Lei nº 13.581, de 26 de dezembro, Dom Hélder Câmara foi declarado Patrono dos Direitos Humanos no Brasil (Condini, 2023).

Foi também um dos idealizadores do Pacto das Catacumbas, documento firmado durante o Concílio Vaticano II, no qual um grupo de bispos assumiu treze compromissos voltados à vivência de uma Igreja pobre, simples e comprometida com os mais necessitados. Entre seus princípios estavam a rejeição de privilégios, símbolos de poder e a centralidade dos pobres na ação pastoral. Esse pacto exerceu forte influência na formulação e no fortalecimento da Teologia da Libertação na América Latina (Condini, 2014).

2.5 A Teologia da Libertação por Dom Paulo Evaristo Arns

Por meio do documentário “Coragem – As Muitas Vidas do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns” (lançado em dezembro de 2017 com direção de Ricardo Carvalho, disponível no Youtube) buscou-se analisar as ações e conquistas do cardeal ao longo de sua trajetória clerical, especialmente em defesa do povo pobre e injustiçado no Brasil durante e após a ditadura civil-militar (Hansen; Bogaz, 2022).

Indicado ao Nobel da paz, Arns estudou na Universidade de Sorbonne, na França, se formando professor, e doutor com a tese sobre a técnica de edição de livros na época de São Jerônimo no século IV. Conviveu ainda na França, com prisioneiros de guerra do segundo conflito mundial. No início de sua ordenação, era considerado anticomunista, sua postura diante da ditadura era neutra, até ser diretamente afetado por ela (Hansen; Bogaz, 2022).

No momento em que começaram a expulsar pessoas da universidade e grandes professores reconhecidos por toda sociedade, no momento em que a cassação era quase que o instrumento normal deles, mas sem processos. Logo decisões de cima para baixo são muitas vezes injustas e tremendamente partidárias (Dom Evaristo Arns em uma entrevista a Florestan Fernandes no programa histórias do poder, 1999).

Em 1966, Arns foi convocado pelo papa Paulo VI (1963-1978) a ser bispo de São Paulo e no ano de 1969 teve o primeiro contato com um preso político, a freira Marina Borges que foi torturada no Departamento de Ordem Política e Social

(DOPS). A partir das visitas que realizava aos frades dominicanos presos, sob a acusação de subversão, Arns toma consciência das graves violações de direitos humanos cometidas pelos militares. Diante disso, inicia uma série de denúncias sobre as torturas praticadas pela ditadura, utilizando os meios de comunicação disponíveis, como os jornais, e fazendo pregações nas portas das igrejas de sua diocese, dando visibilidade às injustiças e fortalecendo a resistência por meio da fé (Centeno, 2014).

Em 1980, já consagrado como Cardeal, Arns recebe um prêmio japonês pela paz e destina o valor recebido a Júlio Lancellotti, com o objetivo de fundar uma casa de acolhida para oferecer alimentação à população em situação de rua, denominada de casa de oração do povo de rua. Citando que a igreja não precisava ser partidária, mas engajada com as causas do povo com base no próprio evangelho de Jesus, Arns vende o Palácio episcopal Pio XII na cidade de São Paulo e com o dinheiro ajuda as comunidades periféricas, comprando terrenos para a população em São Paulo (De Matos, 2006).

Ele se une às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir dos princípios do Concílio Vaticano II e alinhando-se à corrente teológica da libertação, comprometida com a defesa dos pobres e oprimidos. A partir desse engajamento, passa a ser monitorado pelos militares, sendo citado em mais de 1.500 fichas (Laitano, 2021).

Comprometido com a defesa dos trabalhadores e dos direitos humanos, Dom Paulo Evaristo Arns protagonizou um ato de grande simbolismo durante a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, em 1980. Ele levou o operário e líder sindical Waldemar Rossi para saudar o pontífice e realizar um discurso em nome da classe trabalhadora, durante a passagem pela cidade de São Paulo. Parte desse discurso, no entanto, foi censurada pela Cúria Romana, que considerou seu conteúdo excessivamente crítico e alinhado às demandas sociais dos operários (De Matos, 2006).

Como resposta à atuação pastoral de Arns, especialmente por sua postura firme em favor dos pobres e contra a repressão, o Vaticano adotou uma medida que fragilizou sua influência: decidiu pela divisão da Arquidiocese de São Paulo em cinco dioceses autônomas. Esse processo de fragmentação, ocorrido oficialmente em 1989, teve como efeito direto o enfraquecimento institucional das frentes de luta

lideradas por Arns, dificultando sua articulação pastoral e social em defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações marginalizadas (De Matos, 2006).

Paralelamente, e como parte de sua missão evangelizadora e humanitária, Arns elaborou e distribuiu mais de 1 milhão de folhetos contendo 30 artigos sobre os direitos humanos, sempre acompanhados de reflexões que conectavam os princípios do cristianismo à defesa da dignidade humana. Essa ação visava conscientizar a população, sobretudo os fiéis das paróquias, sobre seus direitos civis e sociais em meio ao contexto de repressão da ditadura civil-militar (Souza, 2020).

Essa iniciativa, no entanto, despertou forte reação dos órgãos de repressão do regime. Como resultado, o DOPS abriu 46 fichas sobre Arns, monitorando e documentando suas ações, discursos e publicações. Esse processo de vigilância intensificou-se ao longo dos anos 1970 e 1980, especialmente a partir da distribuição dos folhetos, como uma tentativa de criminalizar sua atuação pastoral e política (Laitano, 2021).

Arns realizava essas ações não por motivação política partidária, mas por convicção evangélica. Para ele, não havia separação entre fé cristã e a defesa da vida, da justiça e dos direitos humanos. Seu compromisso se fundamentava na crença de que o Evangelho exige estar ao lado dos oprimidos, denunciando as estruturas de opressão e promovendo uma Igreja efetivamente comprometida com a transformação social (Souza, 2020).

Como um dos criadores da comissão justiça e paz em 1972, Arns consegue soltar o único preso político, preso em um manicômio, o lavrador Aparecido Galdino com a ajuda da denúncia feita pelo professor da USP José de Sousa Martins em uma publicação na Folha de São Paulo em 1978 (Fester, 2005).

Também como parte de sua militância, envia uma carta, em 1983, ao Conselho Mundial de Igrejas na Suíça, denunciando as torturas e as violações de direitos humanos que estavam ocorrendo no Brasil, que desencadeou no livro Brasil nunca mais, lançado em 1985, o qual se tornou uma grande fonte de documentação e denúncias. Apenas 5% de toda informação que tinham em mãos foram usadas, denunciando e identificando militares que cometeram torturas e assassinatos nos porões da ditadura (Fester, 2005).

Arns celebrou atos ecumênicos em memória dos torturados e mortos pela ditadura militar, realizados na própria Catedral da Sé, em São Paulo. Entre esses

atos, celebrou a missa em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, que contou com a participação de representantes de diversas religiões, do sindicato dos jornalistas, de operários e de outros setores da sociedade civil, todos unidos em protesto contra os militares (De Almeida Teles, 2017).

Em 1979, Arns leva familiares dos desaparecidos à reunião com o general Golbery do Couto e Silva, considerado o braço direito do então presidente Ernesto Geisel para cobranças de investigações e respostas sobre seus familiares que foram presos e acabaram desaparecidos. Em 5 de maio de 1971, o Cardeal Arns também se reuniu com o presidente Médici, em um encontro bastante conturbado. Dois anos depois, Médici manda fechar a rádio 9 de julho, na qual o Cardeal Arns tinha um programa. A rádio só voltou para o Cardeal em 1996 no governo Fernando Henrique Cardoso. Seus principais instrumentos na luta contra a ditadura, segundo ele, foram a fé e a coragem durante os anos de chumbo (De Almeida Teles, 2017).

2.6 A Teologia da Libertação por Dom Pedro Casaldáliga

Dom Pedro Casaldáliga (1928–2020), conhecido como o Bispo do Araguaia, foi um dos precursores da Teologia da Libertação no Brasil, sempre engajado na luta sociais pelos mais necessitados, nasceu em Balsareny, Catalunha, sendo ordenado padre aos 24 anos. Aos 40 anos, no ano de 1968, no auge da Ditadura Civil-Militar chega em São Félix do Araguaia, na Amazônia Brasileira. Em território brasileiro, fundou a missão dos Claretianos. Em 1971, já bispo da região da Prelazia de São Félix do Araguaia, publicou sua primeira carta pública com o título: “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, analisando a realidade da sociedade da Prelazia e suas propostas para a comunidade, juntando relatos de exploração de trabalhadores rurais e posseiros por empresas privadas (Valério, 2007).

Tinha como lema: nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar, e sobretudo nada matar. Tinha um estilo de vida simples, morava numa casa de madeira, rejeitando símbolos de poder da igreja como o Palácio episcopal, e o anel episcopal, escolhendo o anel de tucum para expressar sua opção pelos pobres e compromisso com as causas sociais. Para ele, quem usava esse anel, assumia essas causas e as consequências que ela trazia (Valério, 2007).

O anel de tucum é um dos principais símbolos das CEBS, leva consigo o significado de matrimônio com o povo oprimido, mas suas origens vêm desde o período colonial, símbolo de aliança entre os oprimidos pelos colonizadores europeus, africanos escravizados e os povos indígenas. Lutou contra os latifundiários e a ditadura, participando da fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para organização e defesa dos indígenas, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para defender os trabalhadores rurais, vítimas da ditadura (Chaves *et al.*, 2015).

Nas lutas indígenas, segundo Reis (2012) apoiou a demarcação de terras e denunciou a invasão dos grileiros das terras japorapé, xavante e karajé, tornando-se símbolo de resistência na Amazônia. Escritor e poeta, produziu várias obras como "Creio na justiça e esperança" (1977) e "O Brasil é um povo que ainda não tem voz"(1988).

Dom Pedro Casaldáliga criticava as estruturas eclesiais por sua distância dos pobres. Onde a igreja não ia às ruas e não tinha interesse nas causas do povo. Investigado pelo Vaticano, por suas escolhas e posições político-religiosas, critica a centralização de poder na igreja, sendo investigado pelo Congresso da Doutrina da Fé, comandado pelo Cardeal Ratzinger. Ideias atribuídas a dom Pedro Casaldáliga, segundo Meneses (2019), apontam que "A utopia é um caminho. Se parar, vira mito. Se retrocede, vira fracasso. Se avança, vira revolução; não há missão neutra, ou a missão é libertação, ou é colonialismo religioso".

Após o concílio Vaticano II, buscou levar a Igreja a lugares esquecidos. Durante seu episcopado, sofreu várias ameaças de morte por se colocar à disposição das lutas indígenas e dos sem-terra, desafiando grileiros e o governo militar. Em 1976, seu bispo auxiliar, João Bosco é assassinado em uma área militar. A partir do martírio de João Bosco, começa a atuar nas organizações populares comandadas por dom Pedro. Saiu do Araguaia em 2012 por conta de ameaças de morte por grileiros de terra, mas retornou tempos depois, já debilitado pelo mal de Parkinson, sendo internado em São Paulo e falecendo quatro dias depois por conta de uma embolia pulmonar aos 92 anos em 2020 (Meneses, 2019).

O Bispo do Araguaia é um ícone da luta por justiça social e na luta pelos povos originários sempre através de sua fé e ativismo social, pois sua espiritualidade estava profundamente ligada à luta por justiça (Meneses, 2019).

3 HISTÓRIA NAS TELAS: O CINEMA ENTRE A MEMÓRIA DA REPRESSÃO E A NARRATIVA DA RESISTÊNCIA.

3.1 O cinema como documento histórico

Para compreender o cinema como objeto de estudo na historiografia, é necessário retomar o movimento que revolucionou a escrita da história no século XX: a Escola dos Annales. Esse movimento introduziu novos métodos de investigação histórica a partir da incorporação das Ciências Sociais. Seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, tinham como objetivo romper com a visão tradicional pautada pelo positivismo histórico, propondo novas formas de pesquisa que valorizassem fontes até então desconsideradas como documentais (Elsaesser, 2018).

A partir da terceira geração dos Annales, surge a corrente historiográfica conhecida como Nova História (Nouvelle Histoire), representada por nomes como Jacques Le Goff. Essa abordagem propõe uma análise mais ampla da cultura e dos aspectos sociais de longa duração, promovendo a interdisciplinaridade com outras

áreas do saber para alcançar um entendimento mais profundo da experiência humana. Para Le Goff (1970), “toda atividade humana é considerada história”, o que amplia significativamente o campo de estudo do historiador (Barros, 2010).

A Nova História prioriza o estudo das mentalidades, das formas de pensar e sentir, penetrando no coletivo social e no cotidiano das sociedades. Com esse novo olhar sobre as ações humanas ao longo do tempo, o campo da história cultural ganha destaque, permitindo o uso de novas abordagens e fontes de conhecimento. Além das fontes escritas tradicionais, passam a ser valorizadas fontes orais, visuais e culturais (Barros, 2010).

A cultura, antes compreendida apenas em função das estruturas sociais, torna-se protagonista das pesquisas históricas, sendo analisada por meio de símbolos, imaginários e representações. Nessa perspectiva, autores como Peter Burke e Roger Chartier se destacam como importantes estudiosos da Nova História, contribuindo para a consolidação dessa abordagem no cenário historiográfico contemporâneo (Alves, 2023).

Para Roger Chartier (2014), a cultura está presente em todas as dimensões da vida humana. O sistema educacional, as práticas sociais cotidianas e as formas de comunicação são compreendidas como expressões culturais. Segundo o autor, toda existência humana, apenas pelo fato de se manifestar no mundo, já está inserida em uma construção cultural que transcende as artes, a literatura ou os produtos tradicionalmente associados à cultura.

Para ele, até mesmo a comunicação é uma produtora de cultura, incluindo tanto as formas orais quanto as escritas. No entanto, essa produção cultural vai além: há formas de comunicação expressas por gestos, pelo corpo e pelo olhar como é o caso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que integra os surdos à cultura cotidiana por meio de uma linguagem visual e corporal, culturalmente estruturada (Chartier, 2014).

As representações culturais influenciam diretamente as relações de poder e a construção da identidade. A partir do século XX, com o avanço da História Cultural, o cinema passou a ser reconhecido como uma fonte legítima para a pesquisa histórica, contribuindo para a compreensão do imaginário social, da construção da memória e das dinâmicas políticas (De Lima *et al.*, 2024).

Com a terceira geração da Escola dos Annales, ampliou-se o leque de fontes históricas consideradas válidas, e o cinema passou a ser valorizado e respeitado no campo da historiografia. Por meio dos filmes, historiadores investigam aspectos do coletivo, embora seja necessário ter em mente que essas obras narram fatos históricos a partir de perspectivas específicas, nem sempre fiéis aos acontecimentos reais. A ascensão do nazismo e a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, abriram espaço para novas formas de reflexão histórica por meio do cinema (Dines, 2009).

Para que um filme seja considerado um documento histórico, é essencial que ele reflita, ainda que parcialmente, os eventos que representa. No entanto, por se tratar também de uma forma de arte, o cinema enfrenta limitações em retratar os acontecimentos com total precisão. Segundo Marc Ferro (2010), um dos principais estudiosos sobre o uso do cinema na História, o cinema não é apenas um espelho da sociedade, mas um agente ativo na construção e interpretação do passado. Ele estabelece teorias de análise do cinema como agente histórico, como o próprio cinema pode ser usado para entender a história e como influencia na percepção pública dos eventos históricos.

[...] assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é história, com sua rede de relações pessoais, seu estatuto dos objetos e dos homens, onde privilégios e trabalhos pesados, hierarquias e honras encontram-se regulamentados, os lucros da glória e os do dinheiro são aqui regulamentados com a precisão que seguem os ritos de uma carta feudal: guerra ou guerrilha entre atores, diretores, técnicos, produtores, que e mais cruel à medida que, sob o estandarte da arte, da liberdade, e na promiscuidade de uma aventura comum, não existe empreendimento industrial, militar, político ou religioso que conheça diferença tão intolerável entre o brilho e a fortuna de uns e a obscura miséria de outros artesãos da obra (Ferro, 2010, pág.17.)

Marc Ferro destaca o caráter histórico de toda produção cinematográfica, ao afirmar que os filmes não são apenas produtos artísticos, mas também inserções complexas em sistemas de poder, hierarquias sociais e disputas simbólicas. De forma metafórica, ele compara os bastidores da criação cinematográfica a um sistema feudal, no qual os lucros e o prestígio são desigualmente distribuídos entre os envolvidos, revelando que as estruturas de dominação e desigualdade também se reproduzem no universo artístico (Ferro, 2010).

Esse olhar crítico sobre o cinema aproxima-se da perspectiva defendida por Pierre Sorlin, que argumenta que o cinema não apenas reflete a sociedade, mas participa ativamente da construção de representações históricas, sendo parte

integrante do processo de produção ideológica e cultural de uma época. Para Sorlin, o filme é um documento que permite acessar os valores, conflitos e tensões do período em que foi produzido, sendo, portanto, uma fonte legítima para a análise histórica (Sorlin, 1985).

Complementarmente, Robert Rosenstone aponta que o cinema deve ser entendido como uma forma alternativa de narrativa histórica. Embora se utilize de recursos ficcionais, o filme atua como um discurso que constrói interpretações sobre o passado, muitas vezes revelando aspectos subjetivos, emocionais e simbólicos que escapam da história escrita tradicional (Rosenstone, 2010).

A partir da imagem, das imagens, não buscar nelas somente ilustração, confirmação ou desmentido do outro saber que é o da tradição escrita. Considerar as imagens como tais, com o risco de apelar para os outros saberes para melhor compreendê-las

Os historiadores já colocaram em seu lugar legítimo as fontes de origem popular, primeiro as escritas, depois as não-escritas: folclore, as artes e as tradições populares. Resta agora estudar o filme, associá-lo com o mundo que o produz. Qual é a hipótese? que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, e história. E qual o postulado? que aquilo que não aconteceu (e por que não aquilo que aconteceu?), as crenças, as intenções, o imaginário do homem, são tão história quanto a história. (ferro, pg.86)

Ferro propõe uma redefinição do uso das imagens na construção do saber histórico. ele sugere que não se deve buscar nas imagens apenas a "ilustração, confirmação ou desmentido do outro saber que é o da tradição escrita", mas considerá-las como fontes legítimas, com sentido próprio e autonomia (Ferro, 1983, p. 86). Ao afirmar que "o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é história", Ferro coloca o cinema no centro do debate historiográfico (Ferro, 1983, p. 86). Para ele, o historiador deve estar disposto a recorrer a outros saberes para compreendê-lo, pois "aquilo que não aconteceu (e por que não aquilo que aconteceu?), as crenças, as intenções, o imaginário do homem, são tão história quanto a história" (Ferro, 1983, p. 86).

Essa concepção encontra respaldo no pensamento de Jacques Le Goff, que afirma que "todo documento é uma mentira em estado bruto" e que o papel do historiador é dar sentido a esse material (Le Goff, 1990, p. 543). O autor defende que as fontes devem ser problematizadas e contextualizadas, e não apenas

coletadas. Para Le Goff, a história deve incluir as representações, os mitos e os símbolos, pois “a história deve ser a ciência do homem no tempo” (Le Goff, 1990, p. 15). Isso implica considerar manifestações culturais como o cinema, como parte da produção da memória e da identidade histórica de um povo.

Peter Burke também contribui com essa ampliação metodológica. O autor observa que “a imagem pode ser tão rica quanto um texto escrito em informações históricas, mas exige outro tipo de leitura” (Burke, 1992, p. 16). Ele destaca que, ao longo do século XX, os historiadores passaram a aceitar fontes visuais como legítimas, especialmente após os avanços teóricos promovidos pelos Annales. Burke considera que “as fontes visuais não devem ser tratadas como simples ilustrações, mas analisadas como textos” (Burke, 1992, p. 14), reforçando a proposta de Ferro.

No mesmo campo de discussão, Rosenstone afirma que “os filmes são formas de pensamento histórico” e que “o cinema é capaz de articular visões complexas do passado, mesmo quando não pretende ser factual” (Rosenstone, 2010, p. 19). Para ele, o cinema constrói uma narrativa que dialoga com a memória, os valores sociais e as disputas ideológicas. Ao dizer que “o filme histórico tem sua própria lógica, diferente da escrita, mas igualmente válida” (Rosenstone, 2010, p. 27), o autor legitima o audiovisual como uma ferramenta de construção do conhecimento histórico. Dessa forma, Ferro rompe com o paradigma positivista ao afirmar o valor histórico de elementos ficcionais e simbólicos. A imagem, longe de ser apenas um reflexo da realidade, é interpretada como expressão autêntica da cultura e da sociedade que a produz. Ao considerar o cinema como história, o historiador amplia suas ferramentas de análise, abrindo-se a novas formas de representação do tempo, da memória e da experiência humana.

O cinema brasileiro contemporâneo, especialmente a partir do movimento chamado pós-retomada (1995 em diante), tem desempenhado papel significativo nas discussões sobre identidade nacional, representação social e experimentações estéticas. Com o declínio da Embrafilme e o posterior ressurgimento do setor audiovisual, observa-se uma nova fase marcada pela diversidade de produções, pela pluralidade de olhares e pela problematização da realidade brasileira em suas múltiplas camadas.

Barros (2014) observa que o cinema da pós-retomada “assume uma função simbólica que tensiona o real e o imaginário, colocando-se entre a representação

autoral e o registro da realidade social”. Essa ambivalência proporciona um ambiente propício à produção de narrativas híbridas, muitas vezes situadas entre a ficção e o documentário, que abordam temas como desigualdade social, violência urbana, relações de classe e identidade cultural.

A busca por uma nova identidade cinematográfica não abandona, contudo, a herança crítica do Cinema Novo. Segundo Meheret e Yamamoto (2019), “a identidade nacional segue sendo um eixo fundamental, embora reconfigurado sob outras estéticas e sob um novo panorama midiático e político”. As obras desse período transitam entre o subjetivo e o coletivo, revelando o cotidiano brasileiro em sua complexidade e contradições.

Produções como *Cidade de Deus* (2002), *O Som ao Redor* (2012) e *Que Horas Ela Volta?* (2015) são exemplos emblemáticos do modo como a realidade social brasileira é representada com sofisticação narrativa e forte carga simbólica. Além disso, filmes como *Tropa de Elite* (2007) e *Linha de Passe* (2008) mostram que o cinema pode atingir um público mais amplo sem perder sua capacidade crítica. Como afirma Barros (2014), há uma crescente “preocupação com a legibilidade pública das obras”, que busca equilíbrio entre densidade estética e acessibilidade.

Com o avanço tecnológico e o fortalecimento das plataformas digitais, houve também uma descentralização dos meios de produção e distribuição. Isso permitiu a emergência de novos realizadores, frequentemente oriundos das periferias urbanas e de grupos historicamente marginalizados. O estudo publicado na revista *Novos Rumos Sociológicos* (2022) destaca que “os filmes da pós-retomada entre 2004 e 2019 evidenciam a presença de questões sociais urgentes, utilizando-se de estéticas diversas, mas quase sempre ancoradas na realidade brasileira”.

Por fim, a internacionalização do cinema brasileiro impulsionada por premiações, festivais e coproduções trouxe visibilidade às temáticas nacionais. Filmes como *Bacurau* (2019) e *Marte Um* (2022) reafirmam o potencial político e simbólico do cinema nacional, mesmo diante de possíveis pressões mercadológicas externas.

O cinema da pós-retomada evidencia uma importante transição no audiovisual brasileiro, caracterizada por seu compromisso com a realidade social e pela constante reinvenção estética. Seu papel no debate público e na construção de

narrativas sobre o país o torna um elemento crucial para a análise da cultura brasileira contemporânea.

3.2 A Teologia da Libertação e o papel dos Frades Dominicanos a partir do filme Batismo de Sangue

Direção e roteiro: Helvécio Ratton.

Gênero: drama histórico e biográfico.

Duração: 120 minutos.

Distribuição: Europa filmes.

Elenco: Caio Blat (Frei Tito), Daniel de Oliveira (Frei Betto), Odilon Esteves (Frei Ivo), Léo Quintão (Frei Fernando), Cássio Gabus Mendes (Fleury), Markus Ribas(Marighella).

O filme Batismo de Sangue, lançado em 2007, dirigido por Helvécio Ratton e baseado no livro homônimo de Frei Betto, retrata uma das páginas mais sombrias da história brasileira: a repressão política durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A narrativa acompanha a trajetória de um grupo de Frades Dominicanos que, movidos pelos princípios da Teologia da Libertação, se envolveram ativamente na luta contra a ditadura, especialmente na rede de apoio aos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella.

O contexto do filme remonta ao período mais duro da repressão no Brasil, especialmente após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, que instaurou o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão dos direitos civis, o aumento da censura e a legitimação da tortura como prática institucionalizada. Foi nesse cenário que setores da Igreja Católica, especialmente aqueles vinculados à Teologia da Libertação, passaram a atuar de forma mais incisiva na defesa dos direitos humanos e no enfrentamento às arbitrariedades do regime.

Batismo de Sangue narra o envolvimento dos Frades Dominicanos Frei Betto, Frei Tito, Frei Fernando, Frei Oswaldo e Frei Ivo, que atuavam no convento dos dominicanos em São Paulo. Influenciados pela crescente miséria, pela violência estrutural e pela repressão, esses religiosos passam a colaborar clandestinamente

com a ALN, oferecendo apoio logístico, abrigo, dinheiro e informações aos militantes perseguidos pela ditadura.

A história evidencia os conflitos internos desses personagens, que se veem diante de um dilema ético e espiritual: obedecer à hierarquia eclesiástica, que condenava qualquer envolvimento político direto, ou seguir os princípios evangélicos que exigiam estar ao lado dos pobres, dos oprimidos e dos perseguidos. Essa tensão é central no desenvolvimento do filme e reflete, como apontam Löwy (2016) e Noronha (2012), as contradições da própria Igreja naquele contexto histórico.

O personagem de Frei Tito, interpretado de forma sensível e intensa, é especialmente simbólico. Após ser preso, torturado e humilhado, Frei Tito nunca mais se recupera completamente dos traumas causados pela repressão. Sua experiência reflete o impacto psicológico devastador que a tortura produzia nas vítimas do regime, uma realidade que, durante décadas, foi silenciada e ocultada dos registros oficiais da história brasileira.

No destaque dado a Frei Tito se transforma na questão dramática do filme. Humanizando o sofrimento imposto pela ditadura civil-militar e dá um status de mártir da resistência cristã.

A trajetória de Tito é baseada em três momentos. Sua militância ao lado da ALN, sua prisão e tortura nos porões do DOI-CODI, e, por fim, o exílio, durante o qual o trauma psicológico se intensifica até culminar em seu suicídio.

Para Huberman (2012), o cinema que aborda traumas históricos deve abrir espaço para o não dito para aquilo que oscila entre o invisível e o insuportável, o que Ratton utiliza como estratégia narrativa para retratar Tito. A iluminação sombria e a trilha sonora melancólica reforçam a representação da dor e da violência psicológica sofrida por Tito.

Frei Betto, interpretado por Daniel de Oliveira, assume um papel mais secundário, mostrando mais como sobrevivente e testemunha dos acontecimentos. Como observa Xavier (2001), a memória do cinema político brasileiro se constrói não apenas pela reconstituição dos fatos, mas pela forma como os corpos e as emoções são moldados pelo trauma histórico. Ratton opta por dar voz ao sofrimento físico e psicológico, mais do que à luta armada organizada, ampliando assim a compreensão sobre a violência do Estado durante a ditadura civil-militar.

Os sistemas repressivos utilizados pelo regime tinham como objetivo vigiar, perseguir e eliminar os opositores do regime. Dentre os principais órgãos estão o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Serviço Nacional de Informações (SNI).

O DOPS atuava como instrumento de vigilância ideológica. Segundo Gaspari (2002), esse departamento funcionava como uma polícia política tradicional, cujo arquivos se transformaram em verdadeiros prontuários da repressão. Em São Paulo, ficou notório pela brutalidade sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

O DOI-CODI foi um dos órgãos mais temidos da ditadura. Criado após a instauração do AI-5, era vinculado ao Exército e realizava operações repressivas diretas, como prisões ilegais, interrogatórios e torturas. Para Teles e Safatle (2010), o DOI-CODI simbolizou a institucionalização da barbárie, respaldado legalmente e protegido pela impunidade garantida pelas leis de segurança nacional.

Já o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, funcionava como o sistema de inteligência da ditadura. Atuava coordenando os demais órgãos repressivos, promovendo espionagem sobre a sociedade civil e instituições públicas, espalhando desinformação e propaganda oficial da ditadura civil-militar.

Também foi responsável por perseguir membros da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação.

Para Fico (2001), a ditadura brasileira construiu uma das mais sofisticadas estruturas repressivas da América Latina, baseada no uso da tecnologia da informação, na vigilância sistemática e na consolidação de uma cultura do medo.

O filme também revela como a repressão atingiu não apenas os militantes armados, mas também setores da Igreja, jornalistas, intelectuais, professores, estudantes e qualquer cidadão que ousasse se opor ou questionar o regime. A participação dos Frades Dominicanos na resistência, longe de ser um ato isolado, representa uma face importante da luta travada por diversos setores da sociedade civil, incluindo movimentos populares, sindicatos e organizações de base.

O diretor Helvécio Ratton constrói a narrativa intercalando cenas de grande carga emocional, diálogos profundos e reconstruções fiéis dos ambientes da época, como as celas do DOPS, os conventos e os espaços urbanos de São Paulo nos

anos 1970. Essa ambientação não apenas contextualiza historicamente a trama, como também aproxima o espectador da realidade da repressão e da resistência.

A influência da Teologia da Libertação é evidente em todo o percurso dos frades. Como destacam Teixeira *et al.* (2021), essa vertente teológica nasceu da necessidade de uma fé encarnada na realidade social, que denuncia as estruturas de opressão e convoca os cristãos à transformação do mundo, colocando a defesa dos pobres e dos marginalizados como eixo central da missão cristã.

A opção dos frades pela resistência ativa, ainda que sem aderirem diretamente às armas, foi uma consequência desse compromisso teológico e ético. Como reforçam Moura *et al.* (2021), a espiritualidade libertadora não separa fé de vida, nem oração de ação, exigindo dos cristãos um posicionamento claro diante das injustiças. No filme, esse princípio se concretiza na decisão dos dominicanos de acolher e proteger os perseguidos, mesmo sabendo dos riscos.

Ao longo da narrativa, o filme também aborda os impactos da repressão sobre a própria Igreja. Setores conservadores da instituição condenavam qualquer envolvimento com movimentos considerados subversivos, enquanto setores progressistas, inspirados pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, defendiam uma Igreja comprometida com os pobres e com a transformação social. Esse embate interno da Igreja é representado nas discussões entre os frades e nas tensões com a hierarquia eclesiástica.

Batismo de Sangue, portanto, não é apenas um filme sobre a repressão, mas também sobre os dilemas morais, espirituais e políticos vividos por aqueles que escolheram resistir. Ao mostrar a trajetória dos frades dominicanos, a obra evidencia que a fé, quando vivida de forma autêntica e comprometida, pode se tornar um instrumento de denúncia, resistência e transformação social.

O filme cumpre um papel fundamental na preservação da memória histórica, trazendo à tona uma narrativa frequentemente apagada dos discursos oficiais. Como destaca Strelhow (2014), recuperar essas histórias não é apenas um ato de justiça com as vítimas da repressão, mas também uma ferramenta pedagógica e política, que permite refletir sobre os riscos da repetição do autoritarismo e sobre a importância da defesa permanente dos direitos humanos, da democracia e da dignidade da vida.

Os Frades Dominicanos, protagonistas do filme, representam uma Igreja comprometida com os pobres e com os marginalizados, em consonância com os princípios da Teologia da Libertação. Para Noronha (2012), essa teologia surge como uma resposta ética e teológica às desigualdades sociais da América Latina, fundamentando-se na opção preferencial pelos pobres e na crítica às estruturas de opressão. No filme, esse compromisso se materializa na solidariedade com os militantes perseguidos, especialmente na colaboração com a resistência armada, evidenciando o rompimento com uma prática religiosa meramente espiritualizada e afastada da realidade social.

Conforme analisa Löwy (2016), o cristianismo da libertação se caracteriza por transformar a fé em instrumento de luta social, articulando espiritualidade e engajamento político. Essa perspectiva se manifesta no filme, quando os frades deixam os limites do convento para se engajar diretamente na luta contra a ditadura, assumindo riscos que culminam em perseguição, prisão e tortura. Esse deslocamento da fé para a práxis social reflete a compreensão de que a salvação cristã não se restringe ao plano espiritual, mas passa necessariamente pela libertação das condições concretas de exploração e opressão.

A atuação dos Dominicanos, como evidencia *Batismo de Sangue*, não foi isolada, mas inserida em um contexto de transformação da própria Igreja na América Latina, influenciada pelos ventos do Concílio Vaticano II (1962-1965) e, sobretudo, pela Conferência de Medellín (1968). Como destacam Teixeira *et al.* (2021), esses eventos foram marcos fundamentais para uma nova eclesiologia, que colocou os pobres no centro da ação pastoral e rompeu com uma tradição cúmplice das elites. No filme, essa dimensão é perceptível no conflito interno dos personagens, que lutam entre a obediência à hierarquia e a fidelidade ao Evangelho encarnado na defesa da vida e da dignidade humana.

A pedagogia libertadora também perpassa a atuação dos frades, conectando-se diretamente às ideias de Paulo Freire (2018). Ao compartilhar conhecimento, acolher perseguidos e construir redes de solidariedade, os dominicanos colocam em prática uma educação libertadora, fundamentada no diálogo, na conscientização e na transformação da realidade. Como afirma Demo (2000), o conhecimento se torna instrumento de resistência quando gera consciência crítica, exatamente o que ocorre nas ações dos religiosos retratados no filme.

O embate que os dominicanos enfrentaram, tanto com o regime militar quanto com setores conservadores da própria Igreja, reflete o que Strelhow (2014) define como a tensão permanente entre a prática libertadora e as estruturas de poder. O filme evidencia que a opção pelos pobres, quando se torna prática efetiva e não apenas discurso, incomoda tanto os regimes autoritários quanto os setores eclesiais aliados à ordem estabelecida.

Portanto, Batismo de Sangue não é apenas uma narrativa sobre a repressão, mas um testemunho do que representa viver a fé cristã à luz da Teologia da Libertação. Ele revela que o papel dos Frades Dominicanos transcendeu os limites da prática religiosa convencional, tornando-se um verdadeiro ato de resistência ética, política e espiritual, profundamente alinhado com os fundamentos evangélicos e com o compromisso pela construção de uma sociedade mais justa e solidária, como defendem Moura *et al.* (2021) e Löwy (2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender de forma mais ampla e crítica a interseção entre fé, política e resistência no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A análise do filme *Batismo de Sangue* evidenciou que, longe de ser um espaço homogêneo, a Igreja Católica também foi palco de disputas, contradições e posicionamentos distintos frente às violações de direitos humanos perpetradas pelo regime autoritário.

A atuação dos Frades Dominicanos, retratada na obra cinematográfica, revela que a opção pelos pobres, princípio central da Teologia da Libertação, não se limitou ao discurso, mas se concretizou em práticas de solidariedade, acolhimento e enfrentamento às estruturas opressoras. Esses religiosos, movidos pela convicção de que a fé cristã exige compromisso com a dignidade humana, escolheram se posicionar ao lado dos perseguidos, mesmo sob risco de prisão, tortura e morte.

Ao longo do filme, torna-se evidente que a Teologia da Libertação não foi uma construção teórica distante da realidade, mas uma resposta direta às condições de opressão social, política e econômica vividas na América Latina, especialmente no Brasil. Como destacam Löwy (2016) e Noronha (2012), essa teologia nasceu do encontro entre a fé cristã e as lutas populares, assumindo a denúncia das estruturas de dominação como parte essencial da missão evangelizadora.

As experiências de repressão vivenciadas pelos Frades Dominicanos, particularmente o martírio psicológico de Frei Tito, ilustram de maneira contundente o custo humano da resistência. As torturas sofridas por Tito não o feriram apenas fisicamente, mas deixaram marcas profundas em sua saúde mental e espiritual, levando-o, anos depois, ao seu suicídio. Seu drama pessoal simboliza o sofrimento de milhares de vítimas da repressão e, ao mesmo tempo, evidencia o quanto a fé, quando comprometida com a justiça, pode se tornar alvo dos sistemas opressores.

O filme também revela as tensões internas da própria Igreja. Enquanto parte da hierarquia católica alinhava-se ao regime, legitimando-o sob o discurso da ordem e da moralidade cristã, outro setor, inspirado pelos ventos do Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, assumia um papel profético, denunciando as injustiças e defendendo os direitos dos pobres e marginalizados. Essa divisão dentro da Igreja é um elemento central para compreender o papel dos Frades Dominicanos na resistência.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas desse contexto, tornaram-se instrumentos fundamentais de organização popular e conscientização, articulando fé, política e educação libertadora. Nesse processo, o pensamento de Paulo Freire (2018) foi crucial, especialmente ao propor uma pedagogia baseada no diálogo, na conscientização e na transformação social, princípios que também orientaram a ação dos dominicanos.

Outro aspecto importante é compreender que a repressão não se limitava ao aparato policial-militar. Ela se estendia às tentativas de silenciamento, criminalização e deslegitimação das vozes dissonantes, inclusive dentro da própria Igreja. Como analisam Moura *et al.* (2021) e Strelhow (2014), a luta dos dominicanos foi também uma luta pela liberdade de expressão, pela liberdade religiosa e pela preservação da dignidade humana frente ao autoritarismo.

O filme *Batismo de Sangue*, ao retratar esses acontecimentos, não apenas resgata uma memória historicamente silenciada, mas também cumpre uma função pedagógica e política. Ele convida o espectador a refletir sobre os riscos da naturalização da violência, da indiferença e do conformismo diante das injustiças sociais, além de mostrar que a resistência é possível, necessária e, muitas vezes, nasce nos lugares menos esperados, como dentro de um convento.

As escolhas feitas pelos frades dominicanos revelam que a espiritualidade libertadora está profundamente enraizada na prática. Ela rompe com a visão de um cristianismo alienado da realidade e reafirma que a verdadeira fé exige engajamento, solidariedade e coragem para enfrentar as estruturas que geram exclusão, miséria e sofrimento.

Ao longo da história, a repressão buscou silenciar corpos, vozes e memórias. No entanto, a resistência expressa no filme demonstra que nem mesmo a tortura, a prisão e a perseguição foram suficientes para destruir os ideais de justiça, igualdade

e fraternidade que moviam os frades. Suas ações são testemunhos vivos de que a fé, quando comprometida com a dignidade humana, se torna um instrumento revolucionário.

É necessário ressaltar que a repressão sofrida pelos religiosos não foi um episódio isolado. Ela se inseriu em um contexto mais amplo de perseguição sistemática contra todos os que ousavam questionar a ordem imposta pelo regime, sejam eles sindicalistas, estudantes, operários, jornalistas, intelectuais ou religiosos. Essa constatação reforça a importância de recuperar, preservar e divulgar essas memórias.

As contribuições da Teologia da Libertação, nesse processo, continuam atuais. Diante das novas formas de opressão, sejam elas econômicas, sociais, ambientais ou culturais, os princípios que orientaram a luta dos Frades Dominicanos permanecem como fonte de inspiração para todos aqueles que acreditam na construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Portanto, as histórias contadas em Batismo de Sangue não pertencem apenas ao passado. Elas dialogam diretamente com o presente, alertando sobre os riscos do autoritarismo, da intolerância e da indiferença diante das injustiças. A resistência dos frades dominicanos é, acima de tudo, uma convocação permanente para que a fé, a ética e a coragem se convertam em práticas concretas de transformação social.

Conclui-se, portanto, que o filme não é apenas uma obra cinematográfica, mas um documento histórico e pedagógico, que contribui para a construção da memória coletiva e para o fortalecimento das lutas por justiça, direitos humanos e democracia. A trajetória dos Frades Dominicanos, marcada pela repressão e pela resistência, reafirma que a Teologia da Libertação não é apenas uma corrente teológica, mas uma prática viva de amor, fé e compromisso com os pobres, que resiste e permanece atual frente aos desafios do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Guilherme Herrera. História da educação e fontes: as teses defendidas no PPGE-UNESP, campus de Marília (2000-2020). 2023.

ANTELMAN, Marvin. To eliminate the opiate. New York: Zahavia Publishing House, 1974.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. Editora Vozes, 2022.

BARBOZA, Raílson. A Resistência da Juventude Universitária Católica ao projeto de Ditadura: um legado à democracia. Editora Dialética, 2021.

BARROS, Eduardo Portanova. O cinema brasileiro na pós-retomada: entre o imaginário autoral e a realidade figurativa. Esferas, n. 4, 2014.

BARROS, José Costa D.'Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 4, n. 8, 2010.

BOFF, Leonardo (Org). A Teologia da Libertação Balanços e Perspectivas. São Paulo: Ática, 1996.

BOFF, Leonardo (Org). A Teologia da Libertação Balanços e Perspectivas. São Paulo: Ática, 1996.

BOFF, Leonardo. Igreja: Carisma e Poder. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador. Petrópolis: Vozes, 1972.

BOFF, Leonardo. O Grito da Terra, o Grito dos Pobres. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOFF, Leonardo. Teologia. a escrita do povo, 1981. revista eclesial brasileira, v.41. n.161,55-118,1981.

BOFF, Leonardo; BOFF Clovis, Como fazer teologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOFF, Leonardo. O perene desafio da Teologia da Libertação (The perennial challenge of Theology of Liberation. HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, p. 1323-1327, 2013.

BURKE, Burke. O que é História Cultural? Trad. Sergio Goes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales, 1929 - 1989. São Paulo: UNESP, 2003.

CÂMARA, D. Helder. O deserto é fértil; roteiro para as minorias abraâmicas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Seminário de pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Sombras na catedral: a influência New Age na Igreja Católica e o holismo da Teologia de Leonardo Boff e Frei Betto. Numen, v. 1, n. 1, 1998.

CAMURÇA, Marcelo. Teologia da Libertação: uma teologia da periferia e dos excluídos. ComCiência, n. 146, p. 0-0, 2013.

CENTENO, Ayrton. Os Vencedores. Geração Editorial, 2014.

CHARTIER, Roger. A história Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1989, p. 17.

CHAVES, Adriana Sousa et al. Resíduos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Maranhão: Atualidades no contexto urbano de São Luís e São José de Ribamar. 2015.

CONDINI, Martinho. DOM HELDER CAMARA, ARCEBISPO DE OLINDA E RECIFE, E O CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965). Último Andar, n. 24, p. 65-84, 2014.

CONDINI, Martinho. Dom Helder Camara: um modelo de esperança. Paulus Editora, 2023.

CONDINI, Martinho. Fundamentos para uma educação libertadora: Dom Helder Câmara e Paulo Freire. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2015.

DE ALMEIDA TELES, Janaína. Luto e Memória da ditadura: O Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa, em São Paulo. Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, v. 2, n. 3, p. 65-93, 2017.

DE LIMA, Thais Nivia et al. História & ensino de História. Autêntica Editora, 2024.

DE MATOS, Maria Lúcia Gomes. Entrevistas que Fazem Pensar: ideias e resultados. Editora E-papers, 2006.

DE PAULA CAVALCANTE, Ronaldo. A Teologia Protestante de Rubem Alves: Proto-História da Teologia da Libertação. Numen, v. 23, n. 1, 2020.

DE SOUZA, Adenilson Ferreira. Atividade política da Igreja Católica no Brasil: as demandas da sociedade brasileira transnacionalizadas por Dom Helder Câmara (1968-1978). Belo Horizonte: PUC-Minas (Dissertação), 2010.

DE SOUZA, Pe Ney. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. Revista de cultura Teológica, n. 55, p. 39-59, 2006.

DEBALD, Blasius Silvano. A relação da igreja Católica com o estado brasileiro-1889-1960. Revista plêiade, v. 1, p. 51-62, 2007.

DEMO, Pedro. Conhecimento e aprendizagem: atualidade de Paulo Freire [em linha]. 2000.

DINES, Alberto. O papel do jornal e a profissão do jornalista. Summus Editorial, 2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2012.

ELSAESSER, Thomas. Cinema como arqueologia das mídias. Edições Sesc, 2018.

FARIAS, Zaíra Ary. Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação. Annablume, 2000.

FERRO, Marc. Cinema e história. Paz e terra, 2010.

FERRO, Marc. Como se conta a história a partir do audiovisual. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FESTER, Antônio Carlos Ribeiro. Justiça e paz: memórias da comissão de São Paulo. Edições Loyola, 2005.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Record, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da libertação em Paulo Freire. Editora Paz e Terra, 2018.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Coleção As ilusões armadas, vol. 2).

GIBELLINI, Rosino. A Teologia no século XX. São Paulo: Loyola, 1988

GOMES, Alexander de Souza et al. Religião e política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito. 2012.

GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem. Editora Record, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín. Revista de Cultura Teológica, n. 91, p. 101-123, 2018.

GUIMARÃES, Zildete Aparecida et al. CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO PARA A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. 2012.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da libertação-Perspectivas. Edições Loyola, 2000.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teología de la Liberación: perspectivas. Lima: CEP, 1971.

GUTIÉRREZ, Pablo Nicolas. Discursos Do Cinema Brasileiro: Subjetivação Política Através De Representações De Conflitos Sociais No Cinema Pós-Retomada (2004-2019). Novos Rumos Sociológicos, v. 10, n. 17, pág. 232-259, 2022.

HANSEN, João H.; BOGAZ, Antônio Sagrado. Jamais outra vez-Revisitando a obra Brasil nunca mais, uma ode a Dom Paulo, cardeal dos maltratados. Revista de Cultura Teológica, p. 94-113, 2022.

JULIÃO, Paulo. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 13, 2012.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. Revista de estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

LAITANO, Bruno Grigoletti. Digitalizar o arquivo, arquivar o digital: a história e suas fontes diante das velhas e novas tecnologias. 2021.

LAS CASAS, Bartolomé de. Brevisima relación de la destrucción de las Indias. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEONARDO BOFF – Biografia. Disponível em: <https://leonardoboff.org/biografia/>. Acesso em: 09 maio 2025.

LEONIDIO, Marilane. Por uma escola alegre: a proposta pedagógica de Rubem Alves. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) -Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LÖWY, Michel. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. O que é cristianismo da libertação. Religião e política na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). (No Title), 1989.

MATHIAS, Mathews Nunes. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar. Boletim do Tempo Presente, v. 13, n. 01, p. 106-129, 2024.

MEHERET, Jéssica; YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A identidade nacional no cinema novo e na pós-retomada. Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019.

MENÊSES, Paula Regina Rodrigues. Dom Pedro Casaldáliga: os sujeitos e o lugar no Vale do Araguaia. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Goiás (Brasil).

METZ, Johann Baptist. Teologia política. São Paulo: Paulinas, 1980.

MOURA, Raniery Alencar et al. As manifestações da religiosidade popular no Santuário de Santa Cruz dos Milagres à luz da teologia da libertação. 2021.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012.

REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 89-122, 2012.

RESENDE, Livia Paola Silva. As Novas Concepções Do Clero Feirense Diante Das Inovações Do Vaticano II (1964-1980). 2008.

ROSENSTONE, Robert. A história nos filmes, os filmes na história. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SALES, Marcelo Ribeiro; DE LUNA FREIRE, Letícia. Ter fé e resistir: as ações da Paróquia São Simão em um cotidiano de violência em Belford Roxo. Periferia, v. 12, n. 2, p. 204-227, 2020.

SANCHEZ, Wagner Lopes; PASSOS, João Décio (Ed.). A Salvação da Pátria Amada: Religião e Extrema Direita no Brasil. Paulus Editora, 2025.

SILVA, Anaxsuell F. Da Teologia da Libertação à libertação da Teologia: a biografia de um intelectual protestante. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 9, n. 27, p. 35-65, 2017.

SILVA, Bruno Marques. Fé, razão e conflito: A trajetória intelectual de Leonardo Boff. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Joacy da. Lauda-o Si e a Pastoral da Ecologia Integral. Revista Missões, [S. l.], 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.revistamissoes.org.br/2021/07/laudato-si-e-a-pastoral-da-ecologia-integral/>. Acesso em: 9 maio 2025.

SIQUEIRA, Neusa Valadares et al. A Igreja Católica e a defesa dos direitos humanos durante o período do estado de exceção no regime militar. 2019.

SORLIN, Pierre. O cinema e a representação da sociedade. São Paulo: Ática, 1985.

SOUZA, Ramon Felipe. As Semanas Ruralistas do Brasil: Igreja Católica e Desenvolvimento. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 17, n. 30, p. 244-267, 2020.

STRELHOW, Thyeles Moratti Precilio Borcarte. A atualidade da Teologia da Libertação: um debate com direitos humanos. Protestantismo em Revista, v. 35, p. 127-143, 2014.

SUSIN, Luiz Carlos (Org.). O mar se abriu. Trinta anos de teologia na América-Latina. São Paulo: Soter; Loyola, 2000.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TEIXEIRA, Emarianne Campanha et al. Caminhos da educação integral católica: do horizonte do concílio vaticano II às trilhas educacionais brasileiras. 2021.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia. 2007. Tese de Doutorado. [sn].

XAVIER, Ismail. O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2001.